



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE DIREITO

**ASPECTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
DA MULTIPARENTALIDADE
NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

Juliana Prates Raguzzoni

Lajeado, junho de 2018

Juliana Prates Raguzzoni

**ASPECTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
DA MULTIPARENTALIDADE
NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Professora: Ma. Loredana Gragnani Magalhães

Lajeado, junho de 2018

Juliana Prates Raguzzoni

**ASPECTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
DA MULTIPARENTALIDADE
NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Profa. Ma. Loredana Gragnani Magalhães – orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Ma. Gláucia Schumacher
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Sr.(a) Kariny Rocha Garcia Masiero Faria
Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Lajeado, 28 de junho de 2018.

RESUMO

A família se desenvolveu muito nos últimos tempos, com isso, novos conceitos surgiram no âmbito familiar, o próprio intuito da entidade familiar mudou. Relacionada diretamente a esse aspecto, a filiação também mudou. O reconhecimento da afetividade para caracterização do vínculo parental criou um novo instituto chamado filiação socioafetiva, que, por sua vez, entrou em conflito com a filiação biológica. A solução para tal impasse sobreveio da doutrina e jurisprudência, entendendo que tanto a filiação socioafetiva quanto a biológica devem coexistir, pois se tratam de critérios diferentes, originando, assim, o instituto chamado multiparentalidade. Conforme essa realidade, esta monografia tem como objetivo geral analisar aspectos sobre a multiparentalidade, delineando as possibilidades de seu registro civil no Registro Civil de Pessoas Naturais, de forma extrajudicial. A pesquisa é qualitativa, realizada através de método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Portanto, os primeiros apontamentos versam sobre o direito de família, apresentando seu histórico, conceituação, características, novas formas de famílias e exemplos de arranjos familiares. Em seguida, faz reflexões sobre a filiação, abordando seu histórico e conceituação, diferenciando a filiação socioafetiva da biológica, explanando acerca de seu reconhecimento e os efeitos oriundos deste reconhecimento. Por fim, examina a multiparentalidade, focando no reconhecimento da pluriparentalidade de acordo com o registro desta na certidão de nascimento do filho(a), analisando a possibilidade de extrajudicialização. Nesse sentido, conclui que o fenômeno da multiparentalidade vem ganhando legitimidade perante o ordenamento jurídico brasileiro, o qual está abrindo brechas para o registro extrajudicial da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, através de provimentos, enunciados e jurisprudência. Porém, ainda não há legislação suficiente e ideal que garanta, com clareza, o reconhecimento da pluriparentalidade, razão pela qual será necessária a implementação desses dispositivos legislativos.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Socioafetividade. Filiação biológica. Registro civil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art. –	artigos
CJF –	Conselho da Justiça Federal
CNJ –	Conselho Nacional de Justiça
IBDFAM –	Instituto Brasileiro de Direito de Família
IRPEN –	Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais
n.º –	número
p. –	página
REsp. –	Recurso Especial
STF –	Supremo Tribunal Federal
STJ –	Superior Tribunal de Justiça
TJRS –	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 FAMÍLIAS.....	11
2.1 Histórico e conceituação.....	11
2.2 Previsão legal.....	15
2.3 Características.....	19
2.4 Novas famílias brasileiras.....	21
2.4.1 Arranjos familiares.....	23
3 FILIAÇÃO.....	26
3.1 Histórico e conceituação.....	26
3.1.1 Previsão legal.....	30
3.1.2 Filiação biológica.....	32
3.1.3 Filiação socioafetiva.....	34
3.2 Reconhecimento da filiação.....	37
3.2.1 Dos efeitos do reconhecimento da parentalidade.....	41
4 O REGISTRO DA MULTIPARENTALIDADE NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS.....	43
4.1 Histórico e conceituação.....	43
4.2 Disposições legais.....	46
4.2.1 Pronunciamentos jurisprudenciais.....	48
4.2.2 Enunciados e Tema de Repercussão Geral n.º 622 do STF.....	54

4.3 Estados brasileiros que já adotaram o registro extrajudicial da multiparentalidade.....	56
4.4 Possibilidade de extrajudicialização.....	58
5 CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O conceito de família no Brasil tem mudado de forma significativa ao longo dos anos. Novas classificações surgiram mudando aspectos no núcleo familiar, como a filiação e a parentalidade. Com o reconhecimento da socioafetividade como sendo um elemento tão importante quanto a genética para a configuração do laço familiar, novas formas de família passaram a ser legítimas diante do ordenamento jurídico.

As relações familiares são de extrema importância para a formação do indivíduo como pessoa, principalmente a relação entre pais e filhos. Com a transformação na configuração de relacionamento e a desmistificação de institutos legais como o casamento, diversificação da filiação e parentalidade socioafetiva, outras formas de núcleo familiar surgiram.

Devido a essas alterações, a realidade passou a incompatibilizar-se com o mundo jurídico, pois, muitas vezes, a relação socioafetiva de pais e filhos existia de fato, porém não era capaz de gerar efeitos jurídicos para os envolvidos. Lembrando que os indivíduos visualizam o registro civil da parentalidade não só como um meio para garantir direitos e deveres, mas também como uma forma de mostrar orgulho por chamar a outro de “pai” e/ou “mãe”. Por isso, novas necessidades colaterais vieram a aparecer, como o do registro da multiparentalidade na certidão de nascimento dos filhos.

Portanto, há uma necessidade de encontrar uma forma de tornar a multiparentalidade uma realidade, de modo que não seja necessário recorrer sempre

ao Poder Judiciário, movimentando a máquina estatal, para resolver uma situação cada vez mais corriqueira.

A multiparentalidade ou pluriparentalidade nada mais é que a possibilidade de uma pessoa ter um ou mais pais ou mães, além dos pais já estabelecidos. Mas, muitas vezes, para que a parentalidade socioafetiva e genética tenham eficácia e não se tornem conflitantes, é necessário o registro em documento válido, no caso a certidão de nascimento do(a) filho(a), que se dá por meio de registro no Registro Civil de Pessoas Naturais, constando o nome dos pais ou mães do indivíduo.

Diante disso, o presente trabalho de conclusão pretende abordar as possibilidades do registro da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, determinando a forma de sua ocorrência e a viabilidade de extrajudicialização de um direito já caracterizado na vida civil, porém, ainda obscuro perante a legislação nacional.

Assim, este trabalho monográfico possui como objetivo geral analisar aspectos sobre a multiparentalidade, delineando as possibilidades de seu registro civil no Registro Civil de Pessoas Naturais, de forma extrajudicial.

O estudo propõe como problema: Se existe e qual a possibilidade de se efetuar o registro de mais de um pai ou mais de uma mãe em certidão de nascimento, sem ação judicial referente à multiparentalidade?

Acerca da hipótese para tal indagação, entende-se que o direito ao reconhecimento da parentalidade é um dos segmentos do direito de família, que, por sua vez, se trata de direito basilar da sociedade. A parentalidade é um dos elementos mais intrínsecos da personalidade, pois liga o indivíduo a um grupo social, chamado de família, que acaba por ser essencial na formação do ser humano como pessoa, cidadão e afins. Além disso, a parentalidade gera diversos deveres e direitos entre os envolvidos, como, por exemplo, o direito de receber alimentos, assim como o dever de prestá-los, o direito de herança, direito de convivência dos filhos com os pais, entre outros.

Portanto, com as mudanças tão significativas acerca da parentalidade e com a necessidade cada vez mais urgente da facilitação da resolução de conflitos de

forma que não seja primordial o ingresso de ação no Poder Judiciário, a tendência é a extrajudicialização do direito ao registro civil, feito pelo(s) pai(s) ou mãe(s), da multiparentalidade. Para que isso ocorra, entende-se que alguns padrões devem ser estabelecidos, através de instruções normativas ou até mesmo por projeto de lei, a fim de elucidar como ocorrerá esse registro no Registro Civil de Pessoas Naturais, de forma extrajudicial.

A pesquisa, com relação à abordagem, adotará o modelo qualitativo, pois a presente monografia baseia-se, principalmente, em pesquisa bibliográfica, subjetiva e reflexiva, a fim de fazer uma explanação sobre o referido tema. Sampieri, Collado e Lucio (2013) destacam que a essência da pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar fenômenos. O enfoque qualitativo busca entender a perspectiva do indivíduo ou grupo social a ser estudado, e relacioná-lo com os fenômenos que os rodeiam, aprofundando experiências, pontos de vista, opiniões e significados, ou seja, eles enfatizam o modo de como o participante vê sua realidade.

Tendo em vista a finalidade a ser alcançada pelo estudo, o método de pesquisa a ser utilizado para o desenvolvimento do trabalho monográfico será o dedutivo, o qual se dará por meio de procedimentos técnicos de pesquisa da doutrina, legislação, jurisprudência e enunciados, procurando descrever noções sobre direitos de família, explicando sua conceituação, previsão legal, características e classificação no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente do direito à filiação; passando pela identificação de aspectos fundamentais da parentalidade, relatando histórico, conceituação e previsões legais, até chegar ao exame da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, discutindo a possibilidade de assentamento da pluriparentalidade de forma extrajudicial.

Diante disso, como uma forma de melhor compreender o tema, no primeiro capítulo do desenvolvimento da monografia, buscar-se-á descrever noções sobre família, explicando seu histórico e sua conceituação, bem como previsão legal, características e classificação no ordenamento jurídico brasileiro. Será exposta a evolução histórica familiar, de acordo com o exposto por doutrinadores da área, apresentando também a evolução legislativa referente ao direito de família, que procura sempre acompanhar a realidade fática apresentada pela sociedade. A fim de compreender melhor os contornos familiares, serão identificadas características

típicas e somente encontradas no âmbito familiar. A partir daí, far-se-á um breve comentário acerca das novas famílias que surgiram nos últimos anos, bem como o delineamento conceitual destas, para se compreender as múltiplas possibilidades de núcleos familiares que vem ganhando legitimidade no ordenamento jurídico.

Já no segundo capítulo serão tecidas considerações a fim de identificar aspectos fundamentais da filiação, relatando histórico e conceituação. Assim, serão expostos conceitos doutrinários acerca da filiação socioafetiva e filiação biológica, a fim de diferenciá-las, passando a expor acerca do reconhecimento da filiação e os efeitos gerados pelo reconhecimento jurídico da filiação.

Após, no terceiro capítulo, serão examinados os principais aspectos da multiparentalidade no registro civil de pessoas naturais, analisando a possibilidade de registro extrajudicial. Explicando, preliminarmente, como a multiparentalidade surgiu no mundo fático e jurídico, passando a examinar as disposições legais que foram criadas ao longo do tempo, a fim de dar legitimidade para a multiparentalidade. Assim, com o intuito de fazer a multiparentalidade gerar efeitos, será feita a análise de provimentos criados por Estados brasileiros, bem como enunciados e provimentos a nível nacional, que tem por motivação o registro extrajudicial da multiparentalidade.

Desta forma, a extrajudicialização do reconhecimento da pluriparentalidade, por meio de registro no Registro Civil de Pessoas Naturais, é uma questão importantíssima a ser desenvolvida no presente trabalho de conclusão de curso, devido ao fato de se tratar de um tema atual e polêmico, presente nas relações familiares e civis de muitos brasileiros, ainda mais das famílias que estão se formando atualmente.

2 FAMÍLIAS

O Direito de Família é, no ordenamento jurídico, um dos direitos mais importantes, pois é o ramo que mais atinge a vida pessoal dos indivíduos, sendo ele considerado a base da sociedade atual. Recentemente, esse direito tem passado por diversos tópicos de discussão, tendo em vista a desconstrução do padrão patriarcal familiar e o surgimento de novas formas de família.

No Brasil, esse direito se consagra por meio da Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002, que estabelecem diretrizes que descrevem sua estrutura e direitos. Todavia, tais dispositivos legais não definem ao certo o que é família, tendo em vista que esta, por si só, não tem uma identidade. Por isso, o presente capítulo terá como objetivo descrever noções sobre direitos de família, explicando sua conceituação, previsão legal, características e classificação no ordenamento jurídico brasileiro.

2.1 Histórico e conceituação

De acordo com Barbosa et. al. (2008) a família que vemos hoje nem sempre existiu desta forma, sendo que nem atualmente a conhecemos totalmente, devido às transformações sofridas em sua estrutura e base durante o tempo, que continuarão acontecendo devido ao seu ininterrupto desenvolvimento.

Segundo Dias (2014, p. 27), “manter vínculos afetivos não é uma prerrogativa da espécie humana. O acasalamento sempre existiu entre os seres vivos, seja em

decorrência do instinto de perpetuação da espécie, seja pela verdadeira aversão que todos têm à solidão”.

Diferente do que estamos acostumados atualmente, a origem da família não adveio do afeto, mas sim da necessidade em unir-se em um grupo:

A palavra ‘família’ deriva do latim *famulus*, que quer dizer *criado*, *escravo*, *servo*, porque significava um conjunto de pessoas humildes, aparentadas, que viviam na mesma casa, principalmente pai, mãe, filhos, trabalhando para patrões que compunham a *gens*, isto é, a gente, enquanto os *famulus* (os criados) eram os servos (DA ROSA, 2014, p. 19).

Durante a evolução humana, essa prática tornou-se essencial, de forma que acabou instituindo a família, a qual ganhou atribuições e com isso surgiu uma necessidade de estruturá-la:

À família, ao longo da história, foram atribuídas funções variadas, de acordo com a evolução que sofreu, a saber, religiosa, política, econômica e procracional. Sua estrutura era patriarcal, legitimando o exercício dos poderes masculinos sobre a mulher – poder marital, e sobre os filhos – pátrio poder (LÔBO, 2014, p. 16).

De acordo com o Direito Romano, a nomenclatura “família” definia um grupo de pessoas que eram submissas ao poder de uma única pessoa:

No direito romano, o termo exprimia a reunião de pessoas colocadas sob o poder familiar ou o mando de um único chefe – o *pater famílias* –, que era o chefe sob cujas ordens se encontravam os descendentes e a mulher, a qual era considerada em condição análoga a uma filha. Submetiam-se a ele todos os integrantes daquele organismo social: mulher, filhos, netos, bisnetos e respectivos bens. Está a família *jure proprio*, ou o grupo de pessoas submetidas a uma única autoridade. De outro lado, conhecia-se também a família *communi jure*, uma união de pessoas pelo laço do parentesco civil do pai, ou *agnatio*, sem importar se eram ou não descendentes. Não considerando o parentesco pelo laço da mulher, o filho era estranho à família de origem da mãe. Considerava-se a família patriarcal propriamente dita (RIZZARDO, 2007, p. 10).

De acordo com Venosa (2014, p. 4) “em Roma, o poder do *pater* exercido sobre a mulher, os filhos e os escravos é quase absoluto. A família é o grupo essencial para a perpetuação do culto familiar. No Direito Romano, assim como no grego, o afeto natural, embora pudesse existir, não era o elo de ligação entre os membros da família”.

Conforme o referido doutrinador, isso se dava porque a família era regida pelos cultos religiosos aos antepassados, sendo estes dirigidos pelo chefe da família, ou seja, quando a mulher casava-se ela deixava de seguir os cultos aos

deuses e antepassados do pai para seguir aos do marido, criando, assim, uma necessidade de manter essa tradição ao longo dos anos para que os antepassados não fossem esquecidos, que, por sua consequência, gerava a demanda de a família gerar um filho homem legítimo para seguir o costume.

Conforme Almeida e Júnior (2012, p. 4) a constituição da família para mero fim de “religião doméstica” acabou por gerar certos efeitos:

Disso decorrem importantes reflexos. Em primeiro lugar, o celibato era condenado. O fato de não haver quem mantivesse a reverência era encarado como uma desgraça, uma afronta aos ancestrais e à religião doméstica. A sequência familiar não poderia ser interrompida. Como essa continuidade familiar só poderia dar-se sob os laços do matrimônio – ilegítimos quaisquer nascimentos a eles exteriores – os solteiros, definitivamente, não contribuíam para a preservação sacramental. Em segundo lugar, a necessidade de descendência destinava à mulher uma função reprodutiva primordial. A reprodução, na verdade, resumia a figura feminina. Era exatamente por essa necessidade – e tão somente por ela – que a família se formava, mediante a agregação da mulher ao marido.

Porém, conforme os escritores, o objetivo da constituição familiar mudou a partir das mudanças sociais provenientes da Revolução Francesa, a qual foi baseada em ideias iluministas sobre a defesa da igualdade e liberdade, teses estas defendidas principalmente pelos burgueses da época, o que acabou por atingir diretamente o patrimônio e conseqüentemente o direito de família.

De acordo com Farias e Rosenvald (2010), a família tinha a mera função de produção, tendo como objetivo principal a criação de patrimônio por meio do casamento, a fim de transmiti-lo aos herdeiros, deixando de lado os laços de afeto, decorrendo daí a indissolubilidade do matrimônio, uma vez que isto ensejaria a ruptura da organização social.

Mas isso mudou, de acordo com Almeida e Júnior (2012, p. 16):

O Brasil, de forma paulatina, vai deixando a estrutura eminentemente agrária e, por isso, perde espaço a grande família. Por outro lado, a própria justificativa patrimonialista da formação familiar se enfraquece. Afinal, diante do processo industrial, a melhor forma de se adquirir propriedade deixa de ser o casamento.

Ou seja, conforme entendimento de Dias (2014), a estrutura patriarcal acabou por não resistir à Revolução Industrial, marco histórico no qual foi necessário o aumento da mão de obra, momento em que a mulher ingressou no mercado de

trabalho, fazendo com que o homem deixasse de ser a única fonte de sustento familiar.

A luta feminina por igualdade resultou em uma revolução na instituição do casamento:

Com a conquista das mulheres de um lugar de 'Sujeito de Desejo', o princípio da indissolubilidade do casamento ruiu. A resignação histórica das mulheres é que sustentava os casamentos. O fantasma do fim da conjugalidade foi atravessado por uma realidade social, em que imperava a necessidade de que o sustento do laço conjugal estivesse no amor, no afeto e no companheirismo (PEREIRA, 2013, p. 26).

Com isso, acabou por surgir uma nova forma familiar, pós-industrial, a qual teve sua estrutura alterada:

[...] tornou-se nuclear, restrita ao casal e sua prole. Acabou a prevalência do seu caráter produtivo e reprodutivo. A família migrou do campo para as cidades e passou a conviver em espaços menores. Isso levou à aproximação dos seus membros, sendo mais prestigiado o vínculo afetivo que envolve seus integrantes. Surge a concepção da família formada por laços afetivos de carinho, de amor (DIAS, 2014, p. 28).

Seguindo essa linha, a autora supracitada explica que a família é uma construção cultural, sendo que, nesse sentido, cada membro familiar possui uma função (pai, mãe, filhos), porém, não estando, necessariamente, esses indivíduos ligados pela genética.

Ainda, na tentativa nada fácil de definir o conceito de família, devido a tantas mudanças fáticas e legislativas acerca do assunto, Da Rosa menciona que:

Um dos grandes desafios do Direito de Família atual é o delineamento do conceito de família. Desde que ela deixou sua forma singular, constituída apenas pelo casamento, e passou a ser plural, surgiram diversos arranjos familiares que começaram a buscar seu 'lugar ao sol', isto é, sua legitimidade, legitimação e proteção jurídica como produto do reconhecimento pelo Estado (2014, p. 13).

Assim, Farias e Rosenvald (2010, p. 5), na tentativa conceitual do termo família, mencionam que:

Composta por seres humanos, decorre, por conseguinte, uma mutabilidade inexorável na compreensão de família, apresentando-se sob tantas e diversas formas, quantas forem as possibilidades de se relacionar, ou melhor, de expressar amor, afeto. A família, enfim, não traz consigo a pretensão de inalterabilidade conceitual. Ao revés, seus elementos fundantes variam de acordo com os valores e ideais predominantes em cada momento histórico.

Diante disso, Almeida e Júnior (2012, p. 1) explicam que “não há um único sentido para o termo – ao menos de caráter atemporal”.

Segundo Barbosa et. al. (2008, p. 22) “a família, em primeiro lugar, é um sistema e, como tal, o todo da família é maior do que a soma das partes, dos membros que a compõem. Seus elementos estão em interação, que os mantém numa relação de interdependência”.

A palavra família refere-se a todas as pessoas ligadas por um vínculo de sangue, provindo de uma árvore genealógica em comum, como da mesma forma aquelas ligadas pela afinidade, compreendendo cônjuges, parentes e os afins (GONÇALVES, 2014b).

Portanto, podemos relacionar a família a um grupo de pessoas que se unem, por meio de genética ou/e, inclusive, laços afetivos, que juntas criam uma base capaz de gerar a forma de pensar e as aceções de um indivíduo ligado àquele núcleo, transferindo-se ao longo do tempo aos seus descendentes, que, por sua vez, formaram outros núcleos e, assim, a sociedade vai sendo moldada através da família.

2.2 Previsão legal

Como a família é uma das entidades mais importantes para a sociedade, há a necessidade de regulamentá-la. A estrutura familiar muda constantemente e junto com ela as leis também se alteram, para se adequar as novas realidades fáticas apresentadas. A família está sempre um passo a frente da lei, sendo que esta segue aquela como uma sombra, a fim de tornar a realidade fática em uma realidade jurídica.

Os códigos elaborados a partir do século XIX foram os primeiros que contemplaram leis acerca da família, porém, na época, a estrutura social era patriarcal e rural, sendo o homem considerado o líder do casamento, enquanto que a mulher era dedicada aos afazeres domésticos e os filhos eram submissos ao pai, um modelo familiar muito próximo ao do Direito Romano, o que acabou influenciando diretamente nas diretrizes legais do Código Civil de 1916 (VENOZA, 2014).

De acordo com Gonçalves (2014a, p. 290), “O Código Civil de 1916 proclamava, no art. 229, que o primeiro e principal efeito do casamento é a criação da família legítima”. Ou seja, conforme menciona Dias (2014, p. 30), “regulava a família do início do século passado, constituída unicamente pelo matrimônio”.

Porém, “na esteira da revolução feminista, veio o Estatuto da Mulher Casada, em 27 de agosto de 1962, atribuindo-lhe capacidade plena, sem restrição de direitos, como ocorria anteriormente, em que sua capacidade era equiparada a dos menores impúbere, silvícolas e pródigos” (BARBOSA et. al, 2008, p. 31).

Ainda, conforme os doutrinadores referidos, no ano de 1977, através da Lei do Divórcio, as famílias paralelas, que antes eram rechaçadas legislativamente por se tratarem de relações concubinárias, acabaram por serem legitimadas.

Todas essas mudanças recepcionaram a chegada da Constituição Federal de 1988, com seus artigos 226 a 230, mudando os conceitos jurídicos acerca do Direito de Família, de acordo com Dias (2014, p. 30):

Instaurou a igualdade entre o homem e a mulher e esgarçou o conceito de família, passando a proteger de forma igualitária todos os seus membros. Estendeu igual proteção à família constituída pelo casamento, bem como à união estável entre o homem e a mulher e à comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, que recebeu o nome de família monoparental. Consagrou a igualdade dos filhos, havidos ou não do casamento, ou por adoção, garantindo-lhes os mesmos direitos e qualificações. Essas profundas modificações acabaram derogando inúmeros dispositivos da legislação então em vigor, por não recepcionados pelo novo sistema jurídico.

O artigo 226 e seus parágrafos da Constituição Federal de 1988 dispõem acerca da maior parte das ramificações que envolvem a família, demonstrando a importância deste instituto:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
 § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
 § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
 § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
 § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
 § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.
 § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o

exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Conforme Oliveira apud Venosa (2014, p. 18) a Carta Magna, por meio dos artigos 5º, 227, 229 e 230, em conjunto com o dispositivo legal acima citado, reconheceram diversos novos direitos acerca das entidades familiares:

Proteção de todas as espécies de família (art. 226, caput); reconhecimento expresso de outras formas de constituição familiar a lado do casamento, como as uniões estáveis e as famílias monoparentais (art. 226, §§ 3º e 4º); igualdade entre os cônjuges (art. 5º, caput, I e art. 226, 5º); dissolubilidade do vínculo conjugal e do matrimônio (art. 226, §6º); dignidade da pessoa humana e paternidade responsável (art. 226, §5º); assistência do estado a todas as espécies de família (art. 226, §8º); dever de a família, a sociedade e o Estado garantirem à criança e ao adolescente direitos inerentes à sua personalidade (art. 227, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º); igualdade entre os filhos havidos ou não do casamento, ou por adoção (art. 227, § 6º); respeito recíproco entre pais e filhos; enquanto menores é dever daqueles assisti-los, criá-los e educá-los, e destes o de ampararem os pais na velhice, carência ou enfermidade (art. 229); dever da família, sociedade e Estado, em conjunto, ampararem as pessoas idosas, velando para que tenham uma velhice digna e integrada à comunidade (art. 230, CF).

Perceptível, assim, a mudança também na relação dos infantes com a lei, que acabaram por serem reconhecidos e a eles terem direitos atribuídos:

A visão da criança também se modificou ao longo dos séculos, passando a ser considerada sujeito de direitos. No Brasil, fundamental nesta evolução o Estatuto da Criança e do Adolescente, implantado pela Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, atendendo ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e em sintonia com a Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada pelo Brasil em 1989 (BARBOSA et. al., 2008, p. 30).

Conforme Fachin (apud Dias, 2014, p. 30), “após a Constituição, o Código Civil perdeu o papel de lei fundamental do direito de família”.

Com tantas mudanças sociais que ocorreram na segunda metade do século XX e a introdução da nova Carta Magna de 1988, juntamente com as inovações antes citadas, acabaram por acarretar a aprovação do Código Civil de 2002 (GONÇALVES, 2014a).

Porém, conforme explica Lôbo (2014, p. 40):

O Código Civil de 2002, cujo Projeto tramitou no Congresso Nacional durante três décadas, deu tratamento confuso ao direito de família, pois o texto resultou de difícil conciliação entre dois paradigmas opostos. O

paradigma do Projeto 1969-1975 era a versão melhorada do que prevaleceu no Código Civil de 1916, fundado na família hierarquizada e matrimonial, no critério da legitimidade da família e dos filhos, na desigualdade entre cônjuges e filhos, no exercício dos poderes marital e paternal. Já o paradigma da Constituição de 1988 aboliu as desigualdades, os poderes atribuídos ao chefe da família, o critério da legitimidade e a exclusividade do matrimônio.

Tendo isso em vista, Dias (2014) destaca que para a resolução dos conflitos entre o Código Civil e a Constituição Federal de 1988 acerca do direito de família, os legisladores usaram leis esparsas para complementação do Código Civil e excluíram expressões e conceitos hierárquicos, que expressavam preconceito ou discriminação.

Ainda assim, através do Código Civil de 2002 nota-se uma mudança social significativa, por meio da possibilidade de alteração do regime de bens que a letra da lei permitiu, demonstrando a contraposição das bases afetivas familiares sobre as patrimonialistas, dando mais liberdade aos nubentes e, desta forma, possibilitando a escolha e aniquilando a perpetuidade dos vínculos (BARBOSA et. al., 2008).

Atualmente, o direito de família encontra-se elencado dentro do Código Civil, no Livro IV – arts. 1.511 a 1.783, nos Títulos I, II, III e IV, que tratam, respectivamente, das seguintes garantias legislativas: do direito pessoal – casamento, separação, e divórcio, proteção aos filhos, relações de parentesco, filiação e reconhecimento dos filhos, adoção e poder familiar; do direito patrimonial – regime de bens, bens dos filhos, alimentos e bens de família; da união estável, e, por fim, da tutela e curatela. E, ainda, encontra previsão legal sob o manto da carta constitucional, de acordo com os artigos 226 a 230.

Desta forma, podemos concluir que a família passou por diversas mudanças dentro do âmbito do direito, assim como ao longo da história, o propósito familiar mudou, transformando-se de acordo com as aspirações de cada formato social, o que demonstra que a família está sempre em constante mudança, assim como a legislação que a regula, que também deve seguir seu ritmo.

2.3 Características

Para melhor compreender o que é e como a entidade familiar funciona é necessário apontar algumas características intrínsecas da família, que destaca a sua função e importância na sociedade.

A família “é um microssistema social, em que os valores de uma época são reproduzidos de modo a garantir a adequada formação do indivíduo” (ALVES apud DA ROSA, 2014, p. 20).

A principal característica da família é a função de formar a personalidade do indivíduo, razão pela qual esse instituto é tão importante dentro do ordenamento jurídico, conforme Farias e Rosenvald (2010, p. 2):

No âmbito familiar, vão se suceder os fatos elementares da vida do ser humano, desde o nascimento até a morte. No entanto, além de atividades de cunho natural, biológico, psicológico, filosófico..., também é a família o terreno fecundo para fenômenos culturais, tais como as escolhas profissionais e afetivas, além da vivência dos problemas e sucessos. Nota-se, assim, que é nesta ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, peça susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos onde desenvolverá sua personalidade [...].

A família é considerada o núcleo da sociedade, conforme Pereira apud Da Rosa (2014, p. 36):

A verdade é que a família foi, e continuará sendo, o núcleo básico de qualquer sociedade. Sem a família não é possível nenhum tipo de organização social ou jurídica. É na família que tudo principia; é a família que nos estrutura como sujeitos, e é nela que encontramos algum amparo para o nosso desamparo estrutural.

Conforme Barbosa et. al. (2008, p. 27), “cada membro da família exerce funções, dentro da estrutura, de acordo com o ciclo vital, tanto pessoal quanto da família. Dadas estas condições é que são desenvolvidos os atributos humanos por excelência, dentre os quais o pensamento, capacidade de simbolização, crítica, julgamento e criatividade, entre outras”.

Mencionam os autores supracitados que uma característica muito importante da família se dá ao fato de as relações exercidas entre os membros do núcleo familiar possuir uma natureza complementar, sendo que caso um dos membros venha a não exercer sua função ou acabe por ser ausente, esta família sofrerá consequências, ou seja, caracterizando uma ligação de dependência.

Outras características atuais da família acabaram por surgir com a criação de princípios norteadores do Direito de Família:

Afeto, igualdade e alteridade, pluralidade de famílias, melhor interesse da criança/adolescente, paternidade responsável, autonomia de vontade, intervenção estatal mínima, solidariedade e responsabilidade são os princípios fundamentais e norteadores do Direito de Família contemporâneo, e sob os quais está o macroprincípio da dignidade da pessoa humana (PEREIRA, 2013, p. 111-112).

Nesse âmbito, cumpre mencionar que as famílias possuem uma função social, que pode ser considerada uma de suas características mais importantes, que, de acordo com Farias e Rosendal (2010, p. 86-87), podem ser ilustradas como:

Primus, o reconhecimento do direito de visitas aos diferentes membros das entidades familiares, como avós, tios e, até mesmo, padrastos ou madrastas. *Secundus*, a possibilidade de condenação alimentícia para a manutenção dos membros da família. *Tertius*, o reconhecimento da união estável quando um dos companheiros, apesar de ainda estar casado, já se encontra separado de fato de seu cônjuge, como reconhece o art. 1.723, § 1º, do Código Civil. Em todas as situações apontadas, percebe-se a preocupação em reconhecer uma perspectiva solidária nos núcleos familiares.

Segundo Almeida e Júnior (2012, p. 18), “por isso, costuma-se afirmar que a família atual se encontra *funcionalizada*, isto é, serve enquanto exerce a função de mediar e sustentar a completa formação pessoal de seus componentes”.

E, dentro desta perspectiva, Pereira (2007) menciona características intrínsecas do direito de família contemporâneo como a valorização do afeto, veracidade das relações familiares e o cuidado de dar preferência aos interesses das crianças e adolescentes.

Tendo em vista que esta última característica vem sendo reforçada tempos antes, destaca-se que:

Em princípio, toda família tem um passado, vive um presente com as suas complexidades e contradições e tem regras que provavelmente passarão para o futuro. Esse modelo, que tenderá a se repetir nas gerações subsequentes, e um ponto de interesse também para uma análise da afetividade nas relações familiares, o que terá um reflexo considerável na tutela jurídica da Convivência Familiar e Comunitária visando, sobretudo, à proteção e ao desenvolvimento da população infanto-juvenil (PEREIRA, 2004, p. 648).

Isso porque, conforme Pereira (2013), a família passou a ser a entidade disseminadora da valorização e dignidade de seus membros, momento no qual o

infante recebeu principal atenção por ser o membro dependente dos pais e estar em estado de formação da personalidade, necessitando de auxílio até que consiga conduzir sua vida de forma autônoma.

Ademais, existe outra peculiaridade proveniente de um princípio constitucional, que é a da liberdade de sua forma de constituição, conforme Dias (2014, p. 66):

A Constituição, ao instaurar o regime democrático, revelou enorme preocupação em banir discriminações de qualquer ordem, deferindo à igualdade e à liberdade especial atenção no âmbito familiar. Todos têm a liberdade de escolher o seu par, seja do sexo que for, bem como o tipo de entidade que quiser para constituir sua família. A isonomia de tratamento jurídico permite que se considerem iguais marido e mulher em relação ao papel que desempenham na chefia da sociedade conjugal.

De acordo com Venosa (2014, p. 8), “o afeto, com ou sem vínculos biológicos, deve ser sempre o prisma mais amplo da família, longe da velha asfixia do sistema patriarcal do passado, sempre em prol da dignidade humana”.

As características familiares mudaram muito ao longo do cenário histórico, deixando de lado os antigos moldes ligados ao matrimônio, dominação do homem sob o núcleo familiar, valoração da genética e da legitimidade, passando a se desenvolverem para o âmbito da liberdade e igualdade entre seus membros, afetividade como principal elo entre as partes, e, em consequência disso, a busca da felicidade como objetivo familiar.

2.4 Novas famílias brasileiras

A partir da Constituição Federal de 1988, através do princípio da dignidade humana, ocorreu uma ampliação do conceito de família:

Com efeito, especialmente a partir do princípio da dignidade humana, a família passa a ser, fundamentalmente, um meio de promoção pessoal de seus membros, e o único requisito para sua constituição deixa de ser jurídico (como era o casamento) e passa a ser fático, ou seja, o afeto. A entidade familiar atualmente é reconhecida como uma comunidade de afeto, de ajuda mútua, de realização da dignidade como ser humano. O *affectio familiae* torna-se o elemento radiador da convivência familiar (DA ROSA, 2014, p. 47).

De acordo com Farias e Rosenvald (2010, p. 5), “funda-se, portanto, a família pós-moderna em sua feição jurídica e sociológica, no *afeto, na ética, na solidariedade recíproca entre os seus membros e na preservação da dignidade deles*”.

Conforme Dias (2014) ocorreu um “pluralismo das relações familiares”, no qual houve a promoção da igualdade, reconhecimento de outras formas de convívio e liberdade de reconhecimento da filiação, que levaram a transformação total do núcleo familiar.

Seguindo nesta mesma linha de pensamento, Farias e Rosenvald (2010, p. 6) mencionam que:

Nesse passo, desse avanço tecnológico, científico e cultural, decorre, inexoravelmente, a eliminação de fronteiras arquitetadas pelo sistema jurídico-social clássico, abrindo espaço para uma família contemporânea, plural, aberta, multifacetária, susceptível às influências da nova sociedade, que traz consigo necessidades universais, independentemente de línguas ou territórios.

Assim, conforme Ruzyk apud Da Rosa (2014, p. 34) “As famílias informais, fundadas em uniões não matrimonializadas, tornaram-se mais comuns, e juntamente com essa ampliação quantitativa, veio à tona um outro modo de olhar essas formações familiares”.

Foi através da Constituição Federal de 1988, por meio de um dos princípios norteadores constitucionais, que esta pluralidade familiar surgiu:

É, portanto, da Constituição da República que se extrai o sustentáculo para a aplicabilidade do princípio da pluralidade de família, uma vez que, e, seu preâmbulo, além de instituir o Estado Democrático de Direito, estabelece que deve ser assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, o bem-estar, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade. Sobretudo a garantia da liberdade e da igualdade, sustentadas pelo macroprincípio da dignidade, é que se extrai a aceitação da família plural, que vai além daquelas previstas constitucionalmente e, principalmente, diante da falta de previsão legal (PEREIRA, 2013, p. 195).

Através destes novos paradigmas que, conforme Farias e Rosenvald (2010, p. 3), “sobreleva, assim, perceber que as estruturas familiares são guiadas por diferentes modelos, variantes nas perspectivas espaço-temporal, pretendendo atender às expectativas da própria sociedade e às necessidades do próprio homem”.

Assim, “indubitavelmente, não é em vão que o ambiente familiar é tido como favorecedor da formação pessoal. Assim o é porque conta com um aspecto impreterível. As relações familiares geralmente são relações de afeto. A família contemporânea é uma família eudemonista, ou seja, voltada para a busca da felicidade” (ALMEIDA; JÚNIOR, 2012, p. 20).

As novas famílias brasileiras são frutos da constante mudança social e das lutas implementadas pelos cidadãos no reconhecimento dos seus direitos dentro do âmbito familiar, demonstrando que muitas mudanças ainda estão por vir na forma de enxergar a entidade familiar e seus ideais.

2.4.1 Arranjos familiares

Desta forma, passamos a exemplificar, através de algumas novas formas de entidade familiar, como as novas famílias brasileiras vêm sendo moldadas e constituídas, demonstrando suas acepções, funções e identidades.

Conforme Pereira apud Gonçalves (2014b, p. 288), “os novos rumos conduzem à família socioafetiva, na qual prevalecem os laços de afetividade sobre os elementos meramente formais”.

Dentro desta perspectiva está posta a nova forma familiar proveniente da efemeridade dos relacionamentos e a facilidade da dissolução matrimonial é a família reconstituída, que, conforme Farias e Rosenvald (2010), tratam-se de famílias cujo, pelo menos um dos pais já foi casado anteriormente ou teve outro relacionamento do qual sobrevieram filhos, e um dos parceiros ou os dois serão madrasta e/ou padrasto.

Almeida e Júnior (2012, p. 66) dão alguns exemplos do que vem a ser a família recomposta:

- (i) A mãe solteira que se casa e leva consigo o filho; (ii) o pai guardião divorciado que constitui união estável ou homoafetiva com outra pessoa, reunindo-se no mesmo lar o casal, ou par, e o menor sob a guarda paterna; (iii) ou, ainda, a junção dessas duas realidades unilineares, isto é, a mãe solteira e o pai divorciado que se casam ou constituem união estável e reúnem uns aos outros os seus filhos exclusivos.

Também chamada de família “pluriparental”, “composta” ou “mosaico” por Dias (2014, p. 56), que diz que “é a clássica expressão: os meus, os teus, os nossos”.

Outra inovação do núcleo familiar adveio com o reconhecimento das relações homoafetivas como entidade familiar que, conforme Almeida e Júnior (2012, p. 70), são “[...] assim entendidas aquelas estabelecidas entre pessoas de mesmo sexo”.

Assim, complementa Da Rosa (2014, p. 78), explicando as diferentes formas de nomenclatura desta entidade familiar:

As relações entre pessoas do mesmo sexo são nominadas, na moderna doutrina, de ‘homoafetividade’, ‘homoerotismo’ ou ‘homossência’. Utilizaremos o neologismo homoafetividade, por entendermos ser o mais adequado para descrever a união afetiva de pares do mesmo sexo, além de tal nomenclatura já ter sido adotada pela maioria dos doutrinadores da área, aplicada inclusive em julgamentos no Supremo Tribunal Federal [...].

Também podemos considerar uma nova entidade familiar, de acordo com Dias (2014), a união constituída entre membros que vivem juntos e assim procuram constituir um patrimônio em comum, como o exemplo de duas irmãs, recebendo a nomenclatura de família anaparental.

Almeida e Júnior (2012, p. 74-75) explicam que “*ana* equivale a carência, *parental*, relativo a pais”, ou seja, “em princípio, pois, essa definição sugere que tal família se constitui por pessoas ligadas pelo vínculo de parentesco, mas cuja reunião num mesmo ambiente afetivo não ocorre por intermédio da presença de um comum ascendente”.

Sendo que “ainda que inexistam qualquer conotação de ordem sexual, a convivência identifica comunhão de esforços, cabendo aplicar, por analogia, as disposições que tratam do casamento e da união estável” (DIAS, 2014, p. 55).

Conforme Rizzardo (2007), outra forma de família é a monoparental, que pode ser definida como a união formada por um pai ou uma mãe e seus filhos somente, algo cada vez mais comum quando se trata de uma família formada apenas pela mãe e filhos.

Para compreender melhor o conceito de família monoparental, Pereira (2004, p. 437) exemplifica:

E são vários os tipos de relações familiares: as uniões livres estão cada vez mais frequentes; temos a figura da mãe solteira, que pode ser voluntária ou involuntária; a viuvez; a adoção, possível para o solteiro, separado, divorciado ou viúvo, além da separação e do divórcio. Todas essas situações geram tipos de famílias monoparentais.

Por fim, cabe elencar como uma nova forma de núcleo familiar a entidade familiar eudemonista, que enfatiza que “a busca da felicidade, a supremacia do amor, e vitória da solidariedade ensejam o reconhecimento do afeto como único modo eficaz de definição da família e de preservação da vida” (DIAS, 2014, p. 58).

Essa entidade familiar, de acordo com Da Rosa (2014), está totalmente voltada para a realização pessoal e espiritual de seus membros, tornando-se uma forma mais flexível de núcleo, deixando de ser necessariamente originada pela união dos pais, através do casamento, e seus filhos.

Assim como os exemplos acima mencionados, existem outras diversas formas de núcleos familiares que vem se constituindo ao longo dos anos e aos poucos vão ganhando espaço e reconhecimento diante do direito e da sociedade. Não podemos mais limitar a família a um molde pré-estabelecido, tendo em vista que este instituto é atemporal, mutante e transcendental. Com tantas mudanças ocorridas na família, a filiação também ganhou importantes aspectos, que serão estudados no próximo capítulo.

3 FILIAÇÃO

A filiação, assim como a família, tem passado por diversas mudanças conceituais ao longo do tempo. Também chamada de paternidade ou maternidade, a filiação é a principal ramificação da família. Proveniente de uma relação de parentesco, que historicamente era somente permitido em um núcleo familiar conjugal, hoje, a filiação sofre mudanças relevantes, capazes de impactar na vida, personalidade, direitos e deveres do indivíduo como pessoa. Com base principiológica nos alicerces da Constituição Federal de 1988 e configurada no Código Civil, a paternidade ou maternidade tem diversas formas de manifestação. Portanto, o capítulo a seguir tratará do histórico, conceituação e desdobramentos acerca da filiação, no âmbito da ordem jurídica brasileira.

3.1 Histórico e conceituação

De acordo com Farias e Rosenvald (2010, p. 537) “é certo e incontroverso que, dentre as múltiplas relações de parentesco, a mais relevante, dada a proximidade do vínculo estabelecido e a sólida afetividade decorrente, é a filiação, evidenciando o liame existente entre pais e filhos [...]”.

Conforme Almeida e Júnior (2012), a filiação decorria, primitivamente, da fatalidade gerada pela atividade sexual, que resultava em um vínculo biológico entre os indivíduos, sendo que isso passou a mudar de acordo com as necessidades sociais que sobrevieram ao longo dos tempos.

Assim, mencionam os referidos autores (2012, p. 345) que:

Tanto em Roma quanto nas civilizações ocidentais fundadas, juridicamente, pelo movimento da codificação, a filiação só tinha espaço em âmbito matrimonial. A geração de descendentes era atividade eminentemente afeta à formação familiar que, por sua vez, tinha no casamento seu único assento admissível. Logo, o critério biológico de filiação se reúne a tais referências e o resultado aparece de maneira interessante.

Os doutrinadores explicam que a filiação somente poderia ser determinada pela gravidez, não se obtendo certeza acerca da ligação genética do pai, por falta de recursos científicos naquela época, o que acabou resultando em uma incerteza acerca da filiação paterna, que foi substituída, ficcionalmente, pelo matrimônio, ou seja, os filhos originados durante o casamento são presumidos como filhos do marido.

Conforme Sanches e Veronese (2012, p. 67), as mudanças ocorridas na família transformaram também a filiação:

Nessa linha evolutiva, a modificação do papel familiar na vida sentimental dos séculos XVI a XIX, desde a família medieval até a moderna e das atitudes com as crianças contribuíram para as mudanças operadas no direito de filiação, especialmente com a superação do modelo patriarcal, fundada no critério biológico ou por imposição legal, para cumprimento de suas funções tradicionais, especialmente a sucessão dos bens.

Fujita (2011, p. 13), explica que foi o Direito Romano que criou a classificação dos filhos:

Sob a ótica de direitos e deveres, os filhos eram classificados, no período clássico do direito romano (da Lex Aebulia, entre 149 e 126 a.C., até o término do *dominato* do Imperador Diocleciano, em 303 d.C.) em duas categorias: (a) os *iusti* (ou legítimi), os resultantes de justas núpcias e os adotivos; (b) os *uulgo quaesitii* (conhecidos também como *uulgo concepti* ou *spuri*), decorrentes de uma união ilegítima.

O referido doutrinador também menciona que no período de 303 d.C. até 535 d.C., na chamada Roma pós-clássica, surgiram mais duas classificações de filiação, constituídas pelos *naturalis libeli*, ou seja, filhos concebidos através do concubinato; e os legitimados, análogo aos filhos *uisti* ou *legitimi*.

De acordo com este contexto histórico da filiação, a fim de se garantir a preservação do patrimônio familiar, foram mantidas, no Brasil, as classificações discriminatórias acerca da filiação, elencando os filhos em legítimos, ilegítimos e legitimados. Os filhos ilegítimos se subdividiam em naturais ou espúrios, sendo que

este último se desdobrava entre incestuosos e adulterinos, conforme Dias (2014, p. 361): “essa classificação tinha como único critério a circunstância de o filho ter sido gerado dentro ou fora do casamento, isto é, do fato de a prole proceder ou não de genitores casados entre si”.

A fim de elucidar melhor como funcionava a questão da classificação da filiação, tendo o matrimônio como critério, Gonçalves explica que:

Filhos *legítimos* eram os que procediam de justas núpcias. Quando não houvesse casamento entre os genitores, denominavam-se *ilegítimos* e se classificavam, por sua vez, em naturais e espúrios. *Naturais*, quando entre os pais não havia impedimento para o casamento. *Espúrios*, quando a lei proibía a união conjugal dos pais. Estes podiam ser *adulterinos*, se o impedimento resultasse do fato de um deles ou de ambos serem casados, e *incestuosos*, se decorresse do parentesco próximo, como entre pai e filha ou entre irmão e irmã (2014b, p. 321).

Mesmo após diversas mudanças legislativas e sociais, a distinção da filiação acabou somente com a criação da Constituição Federal de 1988:

Somente com a normatividade garantista da Constituição-Cidadã de 1988 é que foi acolhida a isonomia no tratamento jurídico entre os filhos. Aliás, preceito oriundo da própria Convenção Interamericana de Direitos Humanos, apelidada de Pacto de San José da Costa Rica, que já prescrevia dever cada ordenamento ‘reconhecer direitos aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro dele’ (FARIAS; ROSENVALD, 2008, p. 479).

Conforme os doutrinadores explicam (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 538):

Essa nova concepção da filiação impõe uma nova arquitetura ao instituto, que passa a ser compreendido como instrumento garantidor do desenvolvimento da personalidade humana. Os filhos não podem sofrer diferentes efeitos em razão de terem nascido de uma relação matrimonial, ou não. Promoveu-se, dessa maneira, uma total desvinculação, um desatrelamento completo, entre a filiação e o tipo de relação familiar mantida pelos genitores (ou mesmo não mantida por eles).

O texto constitucional baseia-se no Princípio da Igualdade que, de acordo com Pereira (2013, p. 163), “[...] está intrinsecamente vinculado à cidadania, uma outra categoria da contemporaneidade, que pressupõe também o respeito às diferenças. Se todos são iguais perante a lei, todos devem estar incluídos no laço social”.

Para Dias (2014. p. 364), “cabe ao direito identificar o vínculo de parentesco entre pai e filho como sendo o que confere a este a posse de estado de filho e ao genitor as responsabilidades decorrentes do poder familiar”.

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2010, p. 563) mencionam que:

Assim, descortinam-se três diferentes critérios para a determinação da filiação, a partir da combinação das suas distintas origens e características: *i) o critério legal ou jurídico*, fundado em uma presunção relativa imposta pelo legislador em circunstâncias previamente indicadas no texto legal; *ii) o critério biológico*, centrado na determinação do vínculo genético, contando, contemporaneamente, com a colaboração e certeza científica do exame DNA; *iii) o critério socioafetivo*, estabelecido pelo laço de amor e solidariedade que forma entre determinadas pessoas.

Conforme refere Lôbo (2014, p. 198), em uma tentativa de conceituação da filiação:

Filiação é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado de filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga. Quando a relação é considerada em face do pai, chama-se paternidade, quando em face da mãe, maternidade. Filiação procede do latim *filiatio*, que significa procedência, laço de parentesco dos filhos com os pais, dependência, enlace.

Gonçalves (2014b, p. 320) explica que filiação é “em sentido estrito, *filiação* é a relação jurídica que liga o filho a seus pais. É considerada *filiação propriamente dita* quando visualizada pelo lado do filho. Encarada em sentido inverso, ou seja, pelo lado dos genitores em relação ao filho, o vínculo se denomina *paternidade* ou *maternidade*”.

Conforme Venosa (2014, p. 232), a filiação é uma forma de estado:

A filiação é, destarte, um estado, o *status familiae*, tal como concebido pelo antigo direito. Todas as ações que visam a seu reconhecimento, modificação ou negação são, portanto, ações de estado. O termo filiação exprime a relação entre o filho e seus pais, aqueles que o geraram ou o adotaram. A adoção, sob novas vestes e para finalidades diversas, volta a ganhar a importância social que teve no Direito Romano.

De acordo com o direito brasileiro, a filiação pode ser tanto biológica quanto não biológica, sendo que tal concepção vem de uma construção cultural baseada na convivência familiar e na afetividade, considerado um fenômeno socioafetivo, podendo incluir a filiação biológica, que antes possuía exclusividade (LOBÔ, 2008).

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2010, p. 542) concluem que:

Assim, sob o ponto de vista técnico-jurídico, a filiação é a relação de parentesco estabelecida entre pessoas que estão no primeiro grau, em linha reta entre uma pessoa e aqueles que a geraram ou que a acolheram e criaram, com base no afeto e na solidariedade, almejando o desenvolvimento da personalidade e na realização pessoal. Remete-se,

pois, ao conteúdo do vínculo jurídico entre as pessoas envolvidas (pai/mãe e filho), trazendo a reboque atribuições e deveres variados.

Portanto, podemos concluir que a filiação passou por diversas mudanças ao longo da história, usado inicialmente para garantir regras sociais como: a preservação do núcleo familiar formado pelo casamento e o patrimônio. Atualmente, a filiação vem libertando-se dos interesses meramente econômicos e dos bons costumes e tem ganhado uma legítima importância baseando-se na felicidade dos indivíduos envolvidos.

3.1.1 Previsão legal

O presente capítulo pretende fazer um apanhado de como a filiação se apresentou ao longo do tempo através da legislação, demonstrando como que as evoluções históricas se regulamentaram, até os dias de hoje.

As Ordenações Filipinas foram uma das primeiras legislações vigentes no Brasil que trataram acerca da filiação e suas classificações:

[...] promulgadas em 1603 pelo Rei Filipe I, da Espanha, e que tiveram aplicação no Brasil durante e, curiosamente, após a dominação espanhola sobre Portugal e suas colônias e províncias ultramarinas, 4 havendo vigorado no Brasil até 31 de dezembro de 1916,5 ou seja, até o dia anterior ao de início de vigência do Código Civil de 1916 (Lei no 3.071, de 1.1.1916), em 1.1.1917. As Ordenações Filipinas distinguiram a filiação legítima da filiação ilegítima (FUJITA, 2011, p. 17).

Ainda, menciona o doutrinador que após a promulgação da independência do Brasil em 1822, ocorreu a consolidação da primeira Constituição brasileira, na data de 20 de outubro de 1823, a qual ratificou as Ordenações Filipinas e demais tratados vigentes até aquela data e estabeleceu igualdade perante todos, mas preservando certa distinção na filiação.

Através de todas essas alterações históricas e legislativas, foi instaurado Código Civil de 1916 que, em seu artigo 358, proibia o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento: “os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos”.

Ainda, em relação aos filhos legitimados, definidos no capítulo anterior, Gonçalves (2014b, p. 321) explica que o antigo código dispunha acerca da legitimação destes:

O Código Civil de 1916 dedicava ainda um capítulo à *legitimação*, como um dos efeitos do casamento. Tinha este condão de conferir aos filhos havidos anteriormente os mesmos direitos e qualificações dos filhos legítimos, como se houvessem sido concebidos após as núpcias. Dizia o art. 352 do aludido diploma que ‘os filhos legitimados são, em tudo, equiparados aos legítimos’.

As distinções na filiação começaram a mudar através da instauração de leis esparsas, como menciona Fujita (2011, p. 21):

O Decreto-lei no 3.200, de 19.4.1941, em seu capítulo VII, dedicado aos filhos naturais, estabeleceu, precisamente no art. 14, a proibição de fazer constar nas certidões de registro civil a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a pedido do próprio interessado ou em decorrência de determinação judicial.

De acordo com Farias e Rosenvald (2008), apenas com a criação da Lei n.º 883/49 é que foi permitido, de forma jurídica, o reconhecimento dos filhos nascidos fora do núcleo conjugal pelo homem casado, que tivera dissolvido o matrimônio.

Segundo Dias (2014, p. 362): “A proibição de reconhecimento dos filhos ilegítimos foi alvo de progressivos abrandamentos, e só foi derrubada pela Constituição Federal, ao proibir tratamento discriminatório quanto à filiação (CF 227, § 6º)”.

Assim, conforme consta no artigo 227, § 6º, da Carta Magna:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Conforme Lôbo (2009, p. 196), o dispositivo 1.596 garante que não haja distinção entre os filhos:

O enunciado do art. 1.596 do Código Civil de que os filhos de origem biológica e não biológica têm os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer discriminações, que reproduz norma equivalente da Constituição Federal, é, ao lado da igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, e da

liberdade de constituição de entidade familiar, uma das mais importantes e radicais modificações havidas no direito de família brasileiro, após 1988.

Porém, de acordo com Dias (2014, p. 360), ainda que não exista mais caráter discriminatório entre os filhos, o Código Civil ainda possui um capítulo para a filiação (artigos 1.596 a 1.606) e outro capítulo que trata somente acerca do reconhecimento dos filhos (artigos 1.607 a 1.617), sendo que essa separação se origina da circunstância do legislador ainda se utilizar de pressupostos de paternidade.

Nesse sentido, faz-se uma crítica à forma como o atual Código Civil menciona a filiação, notando-se que se encontra em uma linha tênue entre o Código Civil já revogado e ultrapassado, e a utopia apresentada pela Lei Constitucional:

[...] o atual diploma civil codificado fala apenas em “filiação”, pura e simplesmente, ensejando, em conformidade com o espírito igualitário da norma constitucional, a acolher, para efeitos de prova de estado, filhos de toda ordem, independentemente de serem matrimoniais, extramatrimoniais, biológicos naturais, biológicos em virtude de reprodução assistida, ou socioafetivos. Contudo, o nosso Código Civil poderia disciplinar a posse do estado de filho em dispositivos próprios não apenas objetivando indicá-lo como um importante meio de prova, como também e principalmente como elemento declaratório da filiação (FUJITA, 2011, p. 30).

Portanto, após essa breve síntese acerca da filiação na legislação brasileira, podemos concluir que esta passou por diversas alterações até chegar a sua forma atual, porém, ainda há a necessidade de fazer muitas alterações para se adequar a realidade da filiação nas atuais famílias brasileiras.

3.1.2 Filiação biológica

O presente subcapítulo tratará acerca da primeira e mais comum forma de filiação já existente na história, também a mais aceita por diversos códigos, incluindo o Código Civil de 2002, para determinar a filiação, qual seja, a filiação biológica.

Menciona Dias (2014, p. 372) que “até hoje, quando se fala em filiação e em reconhecimento de filho, a referência é à verdade genética. Em juízo sempre foi buscada a verdade real, sendo assim considerada a relação de filiação decorrente do vínculo de consanguinidade”.

De acordo com Barbosa et. al. (2008, p. 202) “filiação biológica ou natural é o vínculo que se fixa, por consanguinidade, entre uma pessoa e seu descendente em linha reta do 1º grau” e os autores explicam que “essa relação de sangue pode se traduzir por meio da reprodução natural ou carnal ou pelas várias técnicas de reprodução humana assistida”.

Tendo isso em vista, podemos dizer que a filiação biológica ou natural:

É aquela que envolve uma relação sexual entre um homem e uma mulher com a consequente concepção, pouco importando a sua origem: se ocorreu dentro do matrimônio, ou fora do matrimônio, ou entre noivos ou namorados, ou entre meros “ficantes” (termo contemporaneamente utilizado que significa aqueles que, ocasional e descompromissadamente, decidiram ter momentos de intimidade sexual), dos quais resultaram a gravidez e o consequente nascimento de uma criança (FUJITA, 2011, p. 63).

Conforme o referido doutrinador, a filiação biológica proveniente da reprodução assistida tem por método uma série de processos capazes de gerar a gravidez suprimindo algum déficit que impedia a realização da gestação. Explica que “ela poderá ser homóloga (materiais genéticos dos cônjuges ou companheiros) e heteróloga (material genético de terceiro)” (2011, p. 263).

Os doutrinadores Barbosa et. al. (2008, p. 203) explicam acerca das formas mais populares de reprodução assistida:

As técnicas mais conhecidas de reprodução assistida são a inseminação artificial; a fertilização in vitro (FIV); a transferência intratubária de gametas femininos e masculinos (*Gamete Intra Fallopian Transfer* – GIFT); a transferência intratubária de zigotos nas trompas de Falópio (*Zygote Intra Fallopian Transfer* – ZIFT); a inseminação vaginal intratubária; a inseminação intraperitoneal direta; e a extração testicular de espermatozoides (*Testicular Sperm Extraction* – TESE).

Além e antes da origem das técnicas de reprodução assistida, outra evolução da ciência, no campo genético, impactou a filiação biológica, no que concerne acerca de sua comprovação: “[...] o avanço científico, que culminou com a descoberta dos marcadores genéticos. A possibilidade de identificar a filiação biológica por meio de singelo exame do DNA desencadeou a verdadeira corrida ao Judiciário, na busca da ‘verdade real’” (DIAS, 2014, p. 372).

A importância do exame DNA, destarte, é indiscutível no âmbito da filiação, permitindo, com precisão científica, a determinação da origem biológica. Efetivamente, o exame DNA consegue, praticamente sem margem de erro (certeza científica de 99,999%), determinar a paternidade. Por isso, a probabilidade de se encontrar ao acaso duas pessoas com a mesma

impressão digital do DNA é de 1 em cada 30 bilhões. Como a população da Terra não chega a vinte por cento disso, é virtualmente impossível que haja coincidência (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 586-587).

Porém, conforme Dias (2014), apesar de a presunção da filiação biológica ter sido substituída por sua certeza através do exame de DNA, a verdade biológica comprovada perdeu relevância frente ao vínculo do afeto.

Tendo em vista que, de acordo com Farias e Rosenvald (2010, p. 587):

Através do critério científico determina-se a filiação com base na carga genética do indivíduo, ou seja, a paternidade ou maternidade é definida com esteio no vínculo biológico existente, afastadas outras perquirições e debates, relativos, por exemplo, à herança cultural, afetiva, emocional etc. Cuida-se, pois, de uma forma determinativa fria, puramente técnica.

Logo, podemos concluir que a filiação biológica trata-se daquela determinada pela ligação de genes entre os pais e seus filhos. Por meio dos avanços científicos e frente às novas mudanças, foi possível fazer a comprovação da parentalidade através da combinação genética que interliga seus ascendentes e descendentes, porém, notou-se que apenas a caracterização da consanguinidade não bastava para caracterizar o vínculo criado entre os genitores e os seus descendentes, assim, o elo mais primitivo e aclamado pela sociedade, passou a concorrer com outras características que compõe a relação envolvendo pais e filhos, abrindo brecha para uma nova forma de filiação, a socioafetiva.

3.1.3 Filiação socioafetiva

Conforme Pereira (2013), a era da despatrimonialização do Direito Civil, a qual priorizou a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, tornando o foco da ordem jurídica na pessoa, fez com que a família perdesse força como instituição patrimonial, passando-se a valorizar cada membro da família, de acordo com o advento do art. 226, § 8º da Constituição Federal de 1988, caracterizando-se como o princípio da afetividade.

Mesmo a filiação socioafetiva sendo uma realidade, o Código Civil falhou no momento em que “optou pelo critério da verdade biológica, combinado com o critério da verdade legal” (PEREIRA, 2007, p. 78).

Por isso, salienta Pereira (2013, p. 215) que:

Uma das mais relevantes consequências do princípio da afetividade encontra-se na jurisdicização da paternidade socioafetiva, que abrange os filhos de criação. Isto porque o que garante o cumprimento das funções parentais não é a similaridade genética ou a derivação sanguínea, mas, sim, o cuidado e o desvelo dedicados aos filhos.

Segundo Farias e Rosenvald (2008, p. 516), a ligação da afetividade com a figura paterna provém de diversos estudos:

Estudos diversos oriundos de outros ramos do conhecimento, em especial da Psicanálise, convergem no sentido de reconhecer que a figura do pai é funcionalizada, decorrendo de um papel construído cotidianamente – e não meramente de uma transmissão de carga genética.

Conforme os autores antes referidos (2010, p. 590), a filiação socioafetiva se sustenta em uma atitude espontânea das partes em reconhecer certo indivíduo como filho ou pai, apesar do critério biológico:

A filiação socioafetiva não está lastreada no nascimento (fato biológico), mas em ato de vontade, cimentada, cotidianamente, no tratamento e na publicidade, colocando em xeque, a um só tempo, a verdade biológica e as presunções jurídicas. Socioafetiva é aquela filiação que se constrói a partir de um respeito recíproco, de um tratamento em mão-dupla como pai e filho. Apresenta-se, desse modo, o critério socioafetivo de determinação do estado de filho como um tempero a império da genética, representando uma verdadeira *desbiologização* da filiação, fazendo com que o vínculo paterno-filial não esteja aprisionado somente a transmissão de genes.

Apesar de os doutrinadores limitarem a socioafetividade à figura paterna, outros escritores determinam a filiação socioafetiva de forma mais abrangente:

A filiação que resulta da posse do estado de filho constitui modalidade de parentesco civil de 'outra origem', isto é, de origem afetiva (CC, 1.593). A filiação socioafetiva corresponde à verdade aparente e decorre do direito à filiação. A consagração da afetividade como direito fundamental subtrai a resistência em admitir a igualdade entre a filiação biológica e a socioafetiva (DIAS, 2014, p. 381).

Com o intuito de entender melhor como se constitui a posse do estado de filho, Trindade apud Salomão (2017, texto digital), explica:

Para que ocorra a posse do estado de filho são necessários alguns elementos constitutivos na relação paterno-filial, sendo eles: o nome (*nominatio*), ou seja, deve o filho sempre ter usado o nome do pai ao qual ele se identifica; o trato (*tractatus*), que é o tratamento que o filho deve ter recebido do pai, como se filho fosse, tendo ele colaborado para sua educação e formação; e a fama (*reputatio*) que é o reconhecimento público da qualidade de filho por aquele pai, pela sociedade e pela família.

O referido doutrinador evidencia que “o livre exercício da posse do estado de filho cria, com o passar do tempo, uma situação afetiva consolidada, pública, como se realmente fosse, perante a sociedade, uma filiação de sangue ou adotiva”.

Sanches e Veronese (2012, p. 71) mencionam que:

Assim como na adoção, na prática social as relações de afeto assumiram relevância na configuração das famílias e da filiação, sendo mais importantes que as oriundas da consanguinidade pois, o entendimento majoritário é que os pais serão aqueles que criam o filho, assumindo todas as funções inerentes ao exercício da função parental, e não os que geram, do ponto de vista biológico.

Os mencionados doutrinadores explicam que a filiação socioafetiva ganhou força através do disposto no art. 1596, inciso V, do Código Civil, o qual trata acerca da inseminação artificial heteróloga, circunstância na qual normalmente é usado o espermatozóide de um doador anônimo e não do respectivo companheiro que irá exercer o papel de pai.

Ainda, uma forma familiar específica que acabou possibilitando o reconhecimento da filiação socioafetiva foi “[...] as famílias recompostas, lugar em que possivelmente novos laços afetivos precisam ser criados, muito embora cada um de seus membros, em sua maioria, já tenha laços – rompidos ou não – de relacionamentos anteriores” (PAIANO, 2017, p. 66).

A autora destaca a importância da afetividade para que ocorra um bom e sadio desenvolvimento do infante na família reconstituída, pois, a partir da afetividade, ocorre uma melhor adaptação às pessoas que são postas nessa nova forma familiar.

Salomão (2017, texto digital) demonstra a importância da afetividade:

De nada adiantaria alguém querer ser filho de outrem se este assim não desejar. Da mesma forma, não é paternidade alguém querer ser pai de uma pessoa que não lhe reconhece como tal. O estado paterno-filial necessita de calor para sobreviver, e este calor é proveniente da chama do afeto, elemento caracterizador da paternidade socioafetiva.

Em uma tentativa conceitual acerca da parentalidade socioafetiva, Barbosa et al. (2008, p. 203) mencionam que:

Filiação socioafetiva é aquela consistente na relação entre pai e filho, ou entre mãe e filho, ou entre pais e filho, em que inexistam um vínculo de

sangue entre eles, havendo, porém, o afeto como elemento aglutinador, tal como uma sólida argamassa a uni-los em suas relações, quer de ordem pessoal, quer de ordem patrimonial.

A filiação socioafetiva gera efeitos da mesma forma que a filiação biológica, como menciona Dias (2014, p. 383):

O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva produz todos os efeitos pessoais e patrimoniais que lhe são inerentes. O vínculo de filiação socioafetiva, que se legitima no interesse do filho, gera o parentesco socioafetivo para todos os fins de direito, nos limites da lei civil. Se menor, com fundamento no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; se maior, por força do princípio da dignidade da pessoa humana, que não admite um parentesco restrito ou de 'segunda classe'. O princípio da solidariedade se aplica a ambos os casos.

Portanto, “essa é a atual verdade da filiação, muito mais relevante do que os vínculos biológicos, pois é capaz de contribuir de forma efetiva para a estruturação do sujeito” (PEREIRA, 2013, p. 215).

Assim explica a doutrinadora Paiano (2017, p. 73), mencionando a importância do reconhecimento da filiação socioafetiva:

Em síntese, a filiação socioafetiva poder ser entendida como aquela que não há vínculo consanguíneo entre pai e filho ou mãe e filho. Ou seja, o parentesco é embasado pela denominada 'outra origem', tendo por base o afeto existente entre as partes. Contudo, para que da parentalidade socioafetiva emane efeitos jurídicos, faz-se necessário seu reconhecimento.

Desta forma, a filiação socioafetiva demonstra-se cada vez mais presente nas famílias, devido ao alto grau de famílias recompostas e outras situações que acabam por gerar a parentalidade vinculada pelo afeto. E para que um instituto tão importante como a afetividade tenha seus efeitos é necessário que ocorra o seu reconhecimento, do qual trataremos no próximo subcapítulo.

3.2 Reconhecimento da filiação

Conforme visto anteriormente, mesmo que a filiação exista no âmbito fático, para que esta tenha seus efeitos, faz-se necessário o seu reconhecimento. Portanto, o presente subcapítulo abordará a forma com a qual o reconhecimento da filiação se dá no campo jurídico.

De forma ampla e no sentido do reconhecimento da filiação feita por parte do pai, Salomão (2017, texto digital) demonstra que:

O reconhecimento de paternidade é um ato voluntário, livre, espontâneo, incondicional e irrevogável. Mais do que isso, o reconhecimento de paternidade é um ato de afeto, uma decisão de tornar-se pai de alguém, uma decisão de assumir e exercer a função paterna na vida de outra pessoa.

O escritor destaca que “ser reconhecido como filho, é sentir-se amado, individualizado e integrado em uma entidade familiar [...]”.

Com o nascimento de um filho, é necessário o registro para que conste a filiação. Se esse filho nasce de uma relação matrimonial, o reconhecimento da filiação ocorre de forma automática, segundo as presunções estabelecidas na lei. Porém, caso ele nasça de uma relação não matrimonial, precisará do reconhecimento, que poderá ser de forma voluntária ou não (PAIANO, 2017, p. 135).

De acordo com Gonçalves (2014b), o Código Civil elenca suposições de presunção da filiação a partir do fato do filho ter nascido na constância do casamento, mesmo que o matrimônio não sirva mais para definir a filiação legítima, ainda é importante para presumir a filiação.

O referido doutrinador explica que:

Essa presunção, que vigora quando o filho é concebido na constância do casamento, é conhecida, como já dito, pelo adágio romano *pater is est quem justae nuptiae demonstrant*, segundo o qual é presumida a paternidade do marido no caso de o filho gerado por mulher casada. Comumente, no entanto, é referida de modo abreviado: presunção *pater is est* (GONÇAVES, 2014b, p. 322).

Farias e Rosendal (2010, p. 565) explicam o critério usado para a presunção do reconhecimento da paternidade através do matrimônio:

Desde o Código de Hamurabi, a ciência jurídica vem admitindo a presunção de paternidade dos filhos nascidos de uma relação familiar casamentária. É um verdadeiro exercício de lógica aplicada: considerando que as pessoas casadas mantêm relações sexuais entre si, bem como admitindo a exclusividade (decorrente da fidelidade existente entre elas) dessas conjunções carnavais entre o casal, infere-se que o filho nascido de uma mulher casada, na constância das núpcias, por presunção, é do seu marido.

Porém, conforme Diniz (2014, p. 515), “a presunção de paternidade não é *juris et de jure* ou absoluta, mas *juris tantum* ou relativa, no que concerne ao pai, que pode elidi-la provando o contrário”.

De acordo com Paiano (2017, p. 136), “trata-se de ação negatória de paternidade. Geralmente essa ação negatória de paternidade vem cumulada com a de anulação de registro de nascimento, já que vai alterar a certidão de nascimento do réu”.

Diniz (2014, p. 528) explica como o reconhecimento da filiação se dá, esclarecendo que se trata de um ato de declaração:

Esse ato declaratório de reconhecimento pode promanar da livre manifestação da vontade dos pais ou de um deles, afirmando, conforme a lei, que certa pessoa é seu filho, hipótese em que é voluntário, ou de sentença prolatada em ação de investigação de paternidade ou de maternidade, demandada pelo filho, que declara que o autor é filho do investigado, caso em que é forçado ou judicial.

Já no caso do reconhecimento involuntário ou judicial, Venosa (2014, p. 263) explica que “o reconhecimento judicial decorre da sentença na ação de investigação de paternidade, na qual se reconhece que determinada pessoa é progenitor de outra”.

Antes do ajuizamento da ação de investigação de paternidade há a possibilidade de fazer “procedimentos de averiguação oficiosa de paternidade”:

A mãe, mesmo sendo casada, não está obrigada a registrar o filho em nome do marido. Nem precisa declinar quem é o pai. Indicando, no ato do registro, como pai quem não é seu marido, instaura-se um procedimento oficioso, ou seja, procedimento informal, que não dispõe dos requisitos de uma ação judicial (L 8.560/92) (DIAS, 2014, p. 390-391).

Gonçalves (2014a) explica melhor como este instrumento de reconhecimento da paternidade funciona:

Encontra-se ele disciplinado no art. 2º da Lei n.º 8.560/92, pelo qual o oficial que procedeu o registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida deverá remeter ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação. Se este admitir a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento, a ser averbado pelo oficial do Registro Civil junto ao assento de nascimento. Se, porém, negá-la, ou não atender à notificação, os autos serão remetidos ao Ministério Público para que este promova a ação de investigação de paternidade (GONÇALVES, 2014a, p. 537).

O artigo 1.609, do Código Civil regula como deve ocorrer o reconhecimento da filiação:

Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro do nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

De acordo com Venosa (2014, p. 264):

Essas modalidades de reconhecimento referem-se ao pai e à mãe, embora sua utilidade mais frequente seja para o pai. A maternidade estabelece-se de forma mais cabal e perceptível, pela evidência e materialidade da gravidez e do parto, mas pode ocorrer ausência de indicação do nome da mãe no registro nos casos dos recém-nascidos abandonados ou expostos, por exemplo. Por essa razão, como regra, o nome da mãe constará do registro. Daí dizer-se que a maternidade é um fato; a paternidade, uma presunção. Nada impede, porém, se houver necessidade, que ocorra o reconhecimento de maternidade, nos mesmos moldes do reconhecimento da paternidade.

Ainda, conforme o referido doutrinador, o reconhecimento da filiação trata-se de ato personalíssimo, ou seja, inerente somente aos pais, e irrevogável, por força do artigo 1.610 do Código Civil: “Art. 1.610. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento”.

Todavia, Farias e Rosendal (2010, p. 598) explicam que “apesar de se tratar de ato personalíssimo, pode ser realizado o reconhecimento voluntário por procurador, munido com poderes específicos, outorgados por escritura pública ou particular (Lei n.º 6.015/73 – Lei de Registros Públicos, art. 59)”.

Dias (2014, p. 393) lembra que “em se tratando de reconhecimento de filho maior de idade, é indispensável sua concordância (CC 1.614)”.

Desse modo, nota-se que o reconhecimento da filiação é a ponte que garante o verdadeiro exercício da parentalidade, gerando efeitos inerentes ao desenvolvimento do infante e da família em si, como um núcleo. Para entender melhor quais são esses efeitos passamos ao próximo subcapítulo.

3.2.1 Dos efeitos do reconhecimento da parentalidade

De acordo com Aubry e Rau (apud DINIZ, 2014, p. 487) “*parentesco* é a relação vinculatória existente não só entre pessoas que descendem umas das outras ou de um mesmo tronco comum, mas também entre um cônjuge ou companheiro e os parentes do outro, entre adotante e adotado e entre pai institucional e filho socioafetivo”.

Pois, conforme Farias e Rosenvald (2010), as mudanças de caráter jurídico, antropológico e social, tornaram necessária a funcionalização das relações parentais, a fim de garantir a dignidade de cada membro familiar, materializando a solidariedade entre as partes, bem como a preservação de virtudes cruciais ao desenvolvimento da personalidade de cada um.

Conforme os doutrinadores mencionados:

A partir dessa perspectiva, a doutrina, com o propósito de sistematizar a matéria, já vai mencionando a existência de um *tríplice critério de parentalidade*: a parentalidade biológica, a parentalidade registral e a parentalidade socioafetiva. Significa, em concreto, a possibilidade de produção de efeitos jurídicos a partir de três diferentes prismas do parentesco (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 515).

Conforme Venosa (2014, p. 282), o reconhecimento da paternidade e/ou maternidade tem por consequência os seguintes efeitos:

O reconhecimento, como já afirmado, tem efeito *ex tunc*, retroativo, daí por seu efeito é declaratório. Sua eficácia é *erga omnes*, refletindo tanto para os que participaram do ato de reconhecimento, voluntário ou judicial, como em relação a terceiros. Dessa eficácia decorre a indivisibilidade do reconhecimento: ninguém pode ser filho com relação a uns e não filho com relação a outros.

Diniz (2014 p. 563) menciona que um dos efeitos do reconhecimento da filiação também é “estabelecer o liame de parentesco entre o filho e seus pais, atribuindo-lhe um *status* familiar, fazendo constar o fato no Registro Civil, sem qualquer referência à filiação ilegítima [...]”.

De acordo com Gonçalves (2014b), a partir do reconhecimento, o filho passa a conviver com a família do genitor e a usar o sobrenome deste, sendo que para tanto o registro de nascimento deve ser alterado para constar os dados de sua ascendência. Assim, o infante se submete ao poder familiar exercido pelos pais, que,

por sua vez, tem a responsabilidade de sustentar, de ter sua guarda e educar a criança, conforme art. 1.566, IV do Código Civil, sendo os alimentos recíprocos entre os genitores e o infante por força do artigo 1.829, I e II do Código Civil.

Conforme Fujita (2011, p. 97), “incumbe aos pais representar os seus filhos, até aos 16 anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, até aos 18 anos, ou à emancipação, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento” e também explica o referido doutrinador que “podem os pais reclamar os filhos menores de quem ilegalmente os detenha. Tenha-se como exemplo a ação de busca e apreensão requerida pelos pais contra aquele que detenha ilegalmente o seu filho menor”.

Ainda, a ocorrência do reconhecimento da filiação tem o efeito inerente ao direito sucessório:

Equiparar, para efeitos sucessórios, os filhos de qualquer natureza (Lei n. 6.515/77, que deu nova redação ao art. 2º da Lei n. 883/49, ora revogada; CF, art. 227, § 6º), estabelecendo assim direito sucessório recíproco entre pais e filhos reconhecidos, pois tanto os ascendentes como os descendentes são herdeiros necessários; se o descendente reconhecido tem direito de herdar do ascendente, o ascendente também tem direito de suceder o descendente, já que o reconheceu (CC, arts. 1829, I e II, e 1.845) (DINIZ, 2014, p. 564).

Nesse sentido, surge outro efeito, explicado pela doutrinadora, como o direito a dar permissão ao filho reconhecido para propor ação de requerimento de herança e de nulidade de partilha, tendo em vista a condição de herdeiro exercida por este. Ou seja, caso o filho venha a falecer antes do autor da herança, os seus sucessores o representação e receberão sua herança, conforme direito de transmissão, se a morte se deu antes da partilha dos bens.

Assim, conclui-se a importância do reconhecimento da filiação para que todos os efeitos antes mencionados ganhem vida, gerando direitos e obrigações às partes envolvidas, garantindo um elo jurídico indissolúvel entre as partes. Porém, muitas vezes, quando a filiação socioafetiva e a biológica entram em conflito, torna-se mais difícil estabelecer o reconhecimento e os efeitos da filiação, razão pela qual a lei vem buscando a complementação da parentalidade, que será estudada no próximo capítulo.

4 O REGISTRO DA MULTIPARENTALIDADE NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Assim como o formato familiar mudou, os meios de registro, que marcam a instituição de direitos e deveres através de um título público, tiveram de se adaptar às novas realidades. O registro da parentalidade na certidão de nascimento, que antes somente permitia o registro de um pai e uma mãe, hoje em dia não tem mais distinção de gênero, podendo-se registrar na certidão de nascimento ou dois pais ou duas mães, e caminhando nesse mesmo sentido, em alguns Estados do Brasil, está se permitindo, de forma extrajudicial, o registro de dois ou mais pais/mães.

Atualmente o Conselho Nacional de Justiça instituiu o Provimento n.º 63, que dispõe acerca do registro extrajudicial da multiparentalidade. Entretanto, este é apenas o primeiro passo para que esse instituto ganhe legitimidade no país. Portanto, o objetivo deste capítulo será examinar os aspectos da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, analisando a possibilidade de registro extrajudicial.

4.1 Histórico e conceituação

A ocorrência da multiparentalidade já estava presente no mundo fático há muito tempo, porém, não era reconhecida, pois o entendimento doutrinário e legal era de prevalecer a parentalidade biológica. Com o reconhecimento do princípio da afetividade isso mudou, advindo um conflito de parentalidade que o direito deveria solucionar.

Segundo o Código Civil brasileiro, o reconhecimento voluntário da filiação se encontra elencado no art. 1.609 e incisos, conforme já visto anteriormente.

Acerca da hipótese elencada no inciso I do artigo 1.609, Gonçalves (2014b) alude que o reconhecimento da filiação pode ser feito por meio de declaração de um ou de ambos os pais na certidão de nascimento. Se já houver um dos pais registrado, o outro pode fazer o reconhecimento no próprio termo, mediante averbação por requerimento judicial, ou a pedido da parte.

Com isso, surgiu o que se chama de “adoção à brasileira”, que, conforme Barbosa et al. (2008, p. 204):

[...] consiste no falso registro de nascimento do filho de outra pessoa – quase sempre com a anuência desta – como próprio, conduta essa, indubitavelmente, ilegal e condenável, uma vez que o caminho correto é aquele do processo judicial de adoção. De qualquer forma, constitui-se um vínculo socioafetivo entre a criança e os que assumiram os papéis de pai e de mãe.

Salienta Lôbo (2014) que mesmo que a “adoção à brasileira” viole as regras da adoção, esta atende ao o que está disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que rege que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança o direito “à convivência familiar”. Nesse sentido, compreende o autor que a convivência familiar prolongada transforma a “adoção à brasileira” em posse de estado de filho, uma forma do gênero estado de filiação, que acaba transformando o fato originário de falsidade ou não da declaração, insignificante.

Menciona Gonçalves (2014a) que a expressão “adoção simulada” ou “à brasileira” foi uma criação jurisprudencial, no momento em que foi empregada pelo Supremo Tribunal Federal a fim de se referir a casais que registram filho alheio como próprio.

Conforme o referido doutrinador, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, acerca da falsa declaração de filiação e a parentalidade socioafetiva, é o seguinte:

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça igualmente decidiu que a maternidade socioafetiva deve ser reconhecida, mesmo na hipótese de chamada “adoção à brasileira”, em que criança recém-nascida foi registrada como filha pela adotante. Segundo o *decisum*, ‘se a atitude da mãe foi uma manifestação livre de vontade, sem vício de consentimento e não havendo prova de má-fé, a filiação socioafetiva, ainda que em descompasso com a

verdade biológica, deve prevalecer, como mais uma forma de proteção integral à criança. Isso porque a maternidade que nasce de uma decisão espontânea – com base no afeto – deve ter guarida no Direito de Família, como os demais vínculos de filiação’ (GONÇALVES, 2014a, p. 567).

O entendimento jurisprudencial segue o doutrinário, o qual, segundo Farias apud Paiano (2017, p. 155), é de que “[...] filiação socioafetiva não pode eliminar a possibilidade de filiação biológica porque se tratam de critérios diferentes e, em razão disso, podem coexistir simultaneamente”.

Nesse sentido, a jurisprudência reconhece a filiação socioafetiva como legítima para fins de registro de parentalidade no registro de nascimento do filho, assim como a biológica. Momento em que podem ocorrer choques entre a parentalidade socioafetiva e biológica, advindo, a partir daí, a multiparentalidade, que, de acordo com Dias (2014, p. 385), significa:

[...] não mais se pode dizer que alguém só pode ter um pai e uma mãe. É possível que pessoas tenham vários pais. Identificada a pluriparentalidade ou multiparentalidade, é necessário reconhecer a existência de múltiplos vínculos de filiação. Todos os pais devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar, sendo que o filho desfruta de direitos com relação a todos. Não só no âmbito do direito das famílias, mas também em sede sucessória.

A possibilidade de uma pessoa ter múltiplos pais e/ou mães, por fim, consagra a criação desta nova modalidade de parentalidade, que, segundo Dias (2014), deve ser reconhecida constitucionalmente, tendo em vista a proteção dos direitos fundamentais de todos os envolvidos, ainda mais acerca da dignidade e afetividade da pessoa humana.

Conforme Pereira (2014, p. 270), a multiparentalidade “É o parentesco constituído por múltiplos pais, isto é, quando um filho estabelece uma relação de paternidade/maternidade com mais de um pai e/ou mais de uma mãe”.

Calderón (2016, texto digital) menciona que “no complexo, fragmentado e líquido cenário da atualidade, a possibilidade de pluralidade de vínculos parentais é uma realidade fática que exige uma acomodação jurídica”.

Nesse sentido, Paiano (2017, p. 155) conclui que:

[...] a multiparentalidade é um fenômeno jurisprudencial e doutrinário, advindo de uma interpretação conforme, integrativa e expansiva, que permite o reconhecimento de mais de um pai ou mãe a uma mesma pessoa, de modo que conste em seu registro de nascimento as consequências

desse reconhecimento – alteração de nome, inclusão do outro pai ou mãe, inclusão de outros avós. Já que não existe essa prevalência de uma paternidade ou parentalidade sobre a outra (biológica ou socioafetiva) e pensando em um melhor interesse da criança (ou do filho), bem como a igualdade jurídica que deve haver entre todos os filhos, fazendo uma interpretação do ordenamento em que se visa consagrar tais realidades fáticas e, não havendo nenhuma incompatibilidade ou impedimento para tais reconhecimentos é que os operadores do Direito têm se debruçado sobre o tema e admitindo o fenômeno da multiparentalidade como consequência dessa nova ordem familiar – não discriminatória, inclusiva, formada por famílias recompostas e buscando a realização pessoal de seus membros.

Assim, nota-se que a multiparentalidade trata-se de um caso omissivo na lei, o qual, ocorrendo plenamente no mundo fático, tornou essencial o seu reconhecimento, que se deu, principalmente, através da doutrina, jurisprudência e leis esparsas, as quais serão examinadas no próximo subcapítulo.

4.2 Disposições legais

A Lei de Registros Públicos será a lei mais afetada com a extrajudicialização da multiparentalidade, pois este dispositivo legal regulamenta como o registro de nascimento deve ocorrer, quais os pré-requisitos e forma para que o registro ocorra. Assim, inicialmente, reportam-se as mudanças que vem ocorrendo, relativas a essa lei, e permitindo o registro da multiparentalidade.

Conforme reflexão de Paiano (2017), não há dispositivo legal que considere a multiparentalidade ilegal, até porque a declaração de pluriparentalidade reflete uma realidade fática, portanto, não podendo o direito deixar de reconhecer um instituto capaz de atribuir direitos e que já é considerada uma realidade social, tendo em vista que não é permitido o retrocesso da lei.

Nesse sentido, a referida autora explica que:

Um problema por vezes apontado em decisões que julgam improcedentes os pedidos de multiparentalidade é a questão da Lei de Registros Públicos, em especial os princípios da legalidade, tipicidade e especialidade. Todavia, tais princípios devem ser relativizados nesse caso, de modo a compatibilizar com princípios constitucionais – não discriminação, proibição de designações discriminatórias na filiação e princípio da dignidade da pessoa humana. Deve-se levar em conta os princípios informadores do Estatuto da Criança e do Adolescente – proteção integral e melhor interesse da criança, que devem se sobrepor na formação dos vínculos familiares e nos vínculos

de filiação. Com base nessa interpretação sistêmica é que se pode reconhecer o fenômeno da multiparentalidade (PAIANO, 2017, p. 158).

A Lei n.º 11.924/09 alterou a n.º Lei 6.015/77 (Lei dos Registros Públicos), acrescentando o parágrafo oitavo no art. 57, para autorizar o registro do sobrenome do padrasto ou madrasta no assento de nascimento do infante:

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

§ 8º - O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família'

Nesse sentido, Paiano (2017, p. 161) aduz que “[...] os artigos da Lei de Registros Públicos vêm sofrendo alterações por leis recentes, adaptando-se à realidade atual”.

De acordo com Cassettari (2017, texto digital):

Com o Provimento 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 27 de abril de 2009, que foi alterado pelo Provimento 3, em 17 de novembro de 2009, as certidões de nascimento, casamento e óbito foram padronizadas em todo o país, ou seja, são iguais em qualquer município, e os campos pai e mãe foram substituídos por filiação e os de avós paternos e maternos por, simplesmente, avós.

Assim, explica o doutrinador que “essa padronização foi espetacular para a sociedade em razão da aceitação pelo direito da multiparentalidade, pois, dessa forma, a pessoa pode ter dois pais e/ou duas mães, sem que isso cause um embaraço registral” (CASSETTARI, 2017, texto digital).

Portanto, as últimas alterações referentes ao registro de nascimento propiciaram a recepção do registro da multiparentalidade no assento de nascimento, porém, essas alterações somente ocorreram graças a diversos dispositivos jurisprudenciais que permitiram mudanças na lei através de legislação esparsa, razão pela qual serão examinados a seguir alguns exemplos jurisprudenciais de reconhecimento da multiparentalidade.

4.2.1 Pronunciamentos jurisprudenciais

Como a multiparentalidade ainda não tem dispositivo legal expresso que a regule, sua existência no mundo do direito se dá através de doutrina e jurisprudência, além dos provimentos e enunciados. Ainda assim, sua fonte primordial de entendimento advém dos julgados, dos quais alguns serão examinados.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Apelação Cível n.º 0006422-26.2011.8.26.0286, reconheceu a multiparentalidade materna, em memória a mãe biológica falecida da parte, bem como a filiação socioafetiva estabelecida entre a madrasta e o filho:

EMENTA: MATERNIDADE SOCIOAFETIVA – Preservação da Maternidade Biológica – Respeito à memória da mãe biológica, falecida em decorrência do parto, e de sua família - Enteado criado como filho desde dois anos de idade – Filiação socioafetiva que tem amparo no art. 1.593 do Código Civil e decorre da posse do estado de filho, fruto de longa e estável convivência, aliado ao afeto e considerações mútuas, e sua manifestação pública, de forma a não deixar dúvida, a quem não conhece, de que se trata de parentes - A formação da família moderna não-consanguínea tem sua base na afetividade e nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade – Recurso provido (Apelação cível n.º 00064222620118260286, 1ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça de SP, Relator: Alcides Leopoldo, Julgado e publicado em 14/08/2012).

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em decisão do REsp. n.º 1.167.993/RS, bem como a Terceira Turma, em decisão do REsp. n.º 1.274.240/SC, decidiram pela prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica, ressaltando a necessidade de cada caso ser analisado com cautela:

DIREITO DE FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INVESTIGATÓRIA DE PATERNIDADE E MATERNIDADE AJUIZADA PELA FILHA. OCORRÊNCIA DA CHAMADA "ADOÇÃO À BRASILEIRA". ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS CIVIS DECORRENTES DA FILIAÇÃO BIOLÓGICA. NÃO OCORRÊNCIA. PATERNIDADE E MATERNIDADE RECONHECIDOS.

1. A tese segundo a qual a paternidade socioafetiva sempre prevalece sobre a biológica deve ser analisada com bastante ponderação, e depende sempre do exame do caso concreto. É que, em diversos precedentes desta Corte, a prevalência da paternidade socioafetiva sobre a biológica foi proclamada em um contexto de ação negatória de paternidade ajuizada pelo pai registral (ou por terceiros), situação bem diversa da que ocorre quando o filho registral é quem busca sua paternidade biológica, sobretudo no cenário da chamada "adoção à brasileira".

2. De fato, é de prevalecer a paternidade socioafetiva sobre a biológica para garantir direitos aos filhos, na esteira do princípio do melhor interesse da prole, sem que, necessariamente, a assertiva seja verdadeira quando é o filho que busca a paternidade biológica em detrimento da socioafetiva. No caso de ser o filho - o maior interessado na manutenção do vínculo civil

resultante do liame socioafetivo – quem vindica estado contrário ao que consta no registro civil, socorre-lhe a existência de "erro ou falsidade" (art. 1.604 do CC/02) para os quais não contribuiu. Afastar a possibilidade de o filho pleitear o reconhecimento da paternidade biológica, no caso de "adoção à brasileira", significa impor-lhe que se conforme com essa situação criada à sua revelia e à margem da lei.

3. A paternidade biológica gera, necessariamente, uma responsabilidade não evanescente e que não se desfaz com a prática ilícita da chamada "adoção à brasileira", independentemente da nobreza dos desígnios que a motivaram. E, do mesmo modo, a filiação socioafetiva desenvolvida com os pais registra não afasta os direitos da filha resultantes da filiação biológica, não podendo, no caso, haver equiparação entre a adoção regular e a chamada "adoção à brasileira".

4. Recurso especial provido para julgar procedente o pedido deduzido pela autora relativamente ao reconhecimento da paternidade e maternidade, com todos os consectários legais, determinando-se também a anulação do registro de nascimento para que figurem os réus como pais da requerente. (Recurso Especial n.º 1167993, Quarta Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relatora: Luis Felipe Salomão. Julgado em 18/12/2012, publicado em 15/03/2013).

FAMÍLIA. FILIAÇÃO. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E PETIÇÃO DE HERANÇA. VÍNCULO BIOLÓGICO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IDENTIDADE GENÉTICA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 1.593; 1.604 e 1.609 do Código Civil; ART. 48 do ECA; e do ART. 1º da Lei 8.560/92.

1. Ação de petição de herança, ajuizada em 07.03.2008. Recurso especial concluso ao Gabinete em 25.08.2011.

2. Discussão relativa à possibilidade do vínculo socioafetivo com o pai registrário impedir o reconhecimento da paternidade biológica.

3. A maternidade/paternidade socioafetiva tem seu reconhecimento jurídico decorrente da relação jurídica de afeto, marcadamente nos casos em que, sem nenhum vínculo biológico, os pais criam uma criança por escolha própria, destinando-lhe todo o amor, ternura e cuidados inerentes à relação pai-filho.

4. A prevalência da paternidade/maternidade socioafetiva frente à biológica tem como principal fundamento o interesse do próprio menor, ou seja, visa garantir direitos aos filhos face às pretensões negatórias de paternidade, quando é inequívoco (i) o conhecimento da verdade biológica pelos pais que assim o declararam no registro de nascimento e (ii) a existência de uma relação de afeto, cuidado, assistência moral, patrimonial e respeito, construída ao longo dos anos.

5. Se é o próprio filho quem busca o reconhecimento do vínculo biológico com outrem, porque durante toda a sua vida foi induzido a acreditar em uma verdade que lhe foi imposta por aqueles que o registraram, não é razoável que se lhe imponha a prevalência da paternidade socioafetiva, a fim de impedir sua pretensão.

6. O reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem qualquer restrição, em face dos pais ou seus herdeiros.

7. A paternidade traz em seu bojo diversas responsabilidades, sejam de ordem moral ou patrimonial, devendo ser assegurados os direitos sucessórios decorrentes da comprovação do estado de filiação.

8. Todos os filhos são iguais, não sendo admitida qualquer distinção entre eles, sendo desinfluyente a existência, ou não, de qualquer contribuição para a formação do patrimônio familiar.

9. Recurso especial desprovido. (Recurso Especial n.º 1274240, Terceira Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relatora: Nancy Andrichi. Julgado em 08/10/2013, publicado em 15/10/2013).

Conforme Paiano (2017), a multiparentalidade pode surgir de inseminação heteróloga, feita por casais homossexuais, como, por exemplo, o caso da jurisprudência abaixo colacionada:

APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE MULTIPARENTALIDADE. REGISTRO CIVIL. DUPLA MATERNIDADE E PATERNIDADE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO DESDE LOGO DO MÉRITO. APLICAÇÃO ARTIGO 515, § 3º DO CPC. A ausência de lei para regência de novos - e cada vez mais ocorrentes - fatos sociais decorrentes das instituições familiares, não é indicador necessário de impossibilidade jurídica do pedido. É que "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito (artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil). Caso em que se desconstitui a sentença que indeferiu a petição inicial por impossibilidade jurídica do pedido e desde logo se enfrenta o mérito, fulcro no artigo 515, § 3º do CPC. Dito isso, a aplicação dos princípios da "legalidade", "tipicidade" e "especialidade", que norteiam os "Registros Públicos", com legislação originária pré-constitucional, deve ser relativizada, naquilo que não se compatibiliza com os princípios constitucionais vigentes, notadamente a promoção do bem de todos, sem preconceitos de sexo ou qualquer outra forma de discriminação (artigo 3, IV da CF/88), bem como a proibição de designações discriminatórias relativas à filiação (artigo 227, § 6º, CF), "objetivos e princípios fundamentais" decorrentes do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Da mesma forma, há que se julgar a pretensão da parte, a partir da interpretação sistemática conjunta com demais princípios infra-constitucionais, tal como a doutrina da proteção integral o do princípio do melhor interesse do menor, informadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), bem como, e especialmente, em atenção do fenômeno da afetividade, como formador de relações familiares e objeto de proteção Estatal, não sendo o caráter biológico o critério exclusivo na formação de vínculo familiar. Caso em que no plano fático, é flagrante o ânimo de paternidade e maternidade, em conjunto, entre o casal formado pelas mães e do pai, em relação à menor, sendo de rigor o reconhecimento judicial da "multiparentalidade", com a publicidade decorrente do registro público de nascimento. DERAM PROVIMENTO. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70062692876, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Pedro de Oliveira Eckert, Julgado em 12/02/2015).

De acordo com Calderón (2016, texto digital), “a tese é explícita em afirmar a possibilidade de cumulação de uma paternidade socioafetiva concomitantemente com uma paternidade biológica, mantendo-se ambas em determinado caso concreto, admitindo, com isso, a possibilidade da existência jurídica de dois pais”.

Porém, conforme o julgado do Superior Tribunal de Justiça - STJ abaixo relacionado, é necessário que o melhor interesse da criança seja atendido, sendo a multiparentalidade reconhecida quando de fato ambas as partes pretendem exercer a função paterna e/ou materna:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. FILHO HAVIDO DE

RELAÇÃO EXTRACONJUGAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE QUANDO ATENDER AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. APLICAÇÃO DA RATIO ESSENCIAL DO PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JULGADO COM REPERCUSSÃO GERAL. SOBREPOSIÇÃO DO INTERESSE DA GENITORA SOBRE O DA MENOR. RECURSO DESPROVIDO. 1. O propósito recursal diz respeito à possibilidade de concomitância das paternidades socioafetiva e biológica (multiparentalidade).

2. O reconhecimento dos mais variados modelos de família veda a hierarquia ou a diferença de qualidade jurídica entre as formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico (ADI n. 4.277/DF).

3. Da interpretação não reducionista do conceito de família surge o debate relacionado à multiparentalidade, rompendo com o modelo binário de família, haja vista a complexidade da vida moderna, sobre a qual o Direito ainda não conseguiu lidar satisfatoriamente.

4. Apreciando o tema e reconhecendo a repercussão geral, o Plenário do STF, no julgamento do RE n. 898.060/SC, Relator Ministro Luiz Fux, publicado no DJe de 24/8/2017, fixou a seguinte tese: "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais."

5. O reconhecimento de vínculos concomitante de parentalidade é uma casuística, e não uma regra, pois, como bem salientado pelo STF naquele julgado, deve-se observar o princípio da paternidade responsável e primar pela busca do melhor interesse da criança, principalmente em um processo em que se discute, de um lado, o direito ao estabelecimento da verdade biológica e, de outro, o direito à manutenção dos vínculos que se estabeleceram, cotidianamente, a partir de uma relação de cuidado e afeto, representada pela posse do estado de filho.

6. As instâncias ordinárias afastaram a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade na hipótese em questão, pois, de acordo com as provas carreadas aos autos, notadamente o estudo social, o pai biológico não demonstra nenhum interesse em formar vínculo afetivo com a menor e, em contrapartida, o pai socioafetivo assiste (e pretende continuar assistindo) à filha afetiva e materialmente. Ficou comprovado, ainda, que a ação foi ajuizada exclusivamente no interesse da genitora, que se vale da criança para conseguir atingir suas pretensões.

7. Ressalva-se, contudo, o direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, da menor pleitear a inclusão do nome do pai biológico em seu registro civil ao atingir a maioridade, momento em que poderá avaliar, de forma independente e autônoma, a conveniência do ato.

8. Recurso especial desprovido. (Recurso Especial n.º 1674849/RS, Terceira Turma, Superior Tribunal de Justiça, Ministro: Marco Aurélio Bellizze. Julgado em: 17/04/2018, publicado em: 23/04/2018).

Em uma notícia prolatada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, explica-se que o melhor interesse da criança deve prevalecer, razão pela qual se manteve somente a filiação socioafetiva no assento de nascimento da criança, uma vez que o pai biológico não tinha interesse em registrar ou cuidar do infante, diferente do pai socioafetivo:

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso por meio do qual uma mulher pretendia assegurar que sua filha tivesse o pai socioafetivo e o pai biológico reconhecidos concomitantemente no registro civil. A multiparentalidade é uma possibilidade jurídica, mas, mesmo havendo exame de DNA que comprovava o vínculo biológico, os ministros entenderam que essa não seria a melhor solução para a criança (BRASIL, STJ, 2018, texto digital).

Nesse sentido, Simão (2015, texto digital) explica que a multiparentalidade não se trata de regra, mas, sim, de exceção, e diferencia paternidade e ancestralidade biológica:

O erro está em acreditar que a criança, tendo criada por seu pai socioafetivo, sem nunca ter visto ou sabido da existência de seu ascendente biológico, tem 'dois pais'. Não! Isso é desprestigiar o afeto. A criança tem um pai e um ascendente biológico, que não é seu pai. Se o tempo de convívio permite que surja uma segunda paternidade aliada à primeira, isso não é regra e nem se dará por sentença que representa verdadeira violência ao menor.

A doutrina do afeto, de maneira incoerente, defende a multiparentalidade como possibilidade sempre existente. Equívoco grande. Multiparentalidade é exceção e pensada no interesse da criança e do adolescente. A conclusão de que "é melhor três pais que dois" é irresponsável e sem base técnica.

Após todos os dispositivos legais já declarados propícios ao registro da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, um dos últimos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS, reconhece a multiparentalidade no registro civil:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ERRO OU VÍCIO DE CONSENTIMENTO INVOCADO PELO PAI REGISTRAL A JUSTIFICAR ALTERAÇÃO NO REGISTRO CIVIL DA AUTORA. DESNECESSIDADE. MULTIPARENTALIDADE RECONHECIDA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA QUE NÃO EXCLUI A PATERNIDADE BIOLÓGICA. PRECEDENTES DO STF E STJ. SENTENÇA CONFIRMADA. Caso dos autos em que não há óbice para o acréscimo do vínculo biológico no registro de nascimento requerido pela filha, devendo prevalecer o seu interesse, no caso. Existência de relação socioafetiva que não afasta o direito da pessoa em buscar suas origens ancestrais, devendo ser reconhecida a multiparentalidade como reflexo das relações parentais da atualidade. Precedentes das Cortes Superiores. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70077173102, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Antônio Daltoe Cezar, Julgado em 10/05/2018).

O Supremo Tribunal Federal - STF, através do julgamento do RE n.º 898060/SC, criou o Tema de Repercussão Geral n.º 622, o qual será estudado a seguir, reconhecendo a multiparentalidade, conforme ementa abaixo colacionada:

Ementa: Recurso Extraordinário. Repercussão Geral reconhecida. Direito Civil e Constitucional. Conflito entre paternidades socioafetiva e biológica.

Paradigma do casamento. Superação pela Constituição de 1988. Eixo central do Direito de Família: deslocamento para o plano constitucional. Sobreprincípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB). Superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias. Direito à busca da felicidade. Princípio constitucional implícito. Indivíduo como centro do ordenamento jurídico-político. Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos. Atipicidade constitucional do conceito de entidades familiares. União estável (art. 226, § 3º, CRFB) e família monoparental (art. 226, § 4º, CRFB). Vedação à discriminação e hierarquização entre espécies de filiação (art. 227, § 6º, CRFB). Parentalidade presuntiva, biológica ou afetiva. Necessidade de tutela jurídica ampla. Multiplicidade de vínculos parentais. Reconhecimento concomitante. Possibilidade. Pluriparentalidade. Princípio da paternidade responsável (art. 226, § 7º, CRFB). Recurso a que se nega provimento. Fixação de tese para aplicação a casos semelhantes. 1. O prequestionamento revela-se autorizado quando as instâncias inferiores abordam a matéria jurídica invocada no Recurso Extraordinário na fundamentação do julgado recorrido, tanto mais que a Súmula n. 279 desta Egrégia Corte indica que o apelo extremo deve ser apreciado à luz das assertivas fáticas estabelecidas na origem. 2. A família, à luz dos preceitos constitucionais introduzidos pela Carta de 1988, apartou-se definitivamente da vetusta distinção entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos que informava o sistema do Código Civil de 1916, cujo paradigma em matéria de filiação, por adotar presunção baseada na centralidade do casamento, desconsiderava tanto o critério biológico quanto o afetivo. 3. A família, objeto do deslocamento do eixo central de seu regramento normativo para o plano constitucional, reclama a reformulação do tratamento jurídico dos vínculos parentais à luz do sobreprincípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB) e da busca da felicidade. 4. A dignidade humana compreende o ser humano como um ser intelectual e moral, capaz de determinar-se e desenvolver-se em liberdade, de modo que a eleição individual dos próprios objetivos de vida tem preferência absoluta em relação a eventuais formulações legais definidoras de modelos preconcebidos, destinados a resultados eleitos a priori pelo legislador. Jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (BVerfGE 45, 187). 5. A superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias construídas pelas relações afetivas interpessoais dos próprios indivíduos é corolário do sobreprincípio da dignidade humana. 6. O direito à busca da felicidade, implícito ao art. 1º, III, da Constituição, ao tempo que eleva o indivíduo à centralidade do ordenamento jurídico-político, reconhece as suas capacidades de autodeterminação, autossuficiência e liberdade de escolha dos próprios objetivos, proibindo que o governo se imiscua nos meios eleitos pelos cidadãos para a persecução das vontades particulares. Precedentes da Suprema Corte dos Estados Unidos da América e deste Egrégio Supremo Tribunal Federal: RE 477.554-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 26/08/2011; ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, DJe de 14/10/2011. 7. O indivíduo jamais pode ser reduzido a mero instrumento de consecução das vontades dos governantes, por isso que o direito à busca da felicidade protege o ser humano em face de tentativas do Estado de enquadrar a sua realidade familiar em modelos pré-concebidos pela lei. 8. A Constituição de 1988, em caráter meramente exemplificativo, reconhece como legítimos modelos de família independentes do casamento, como a união estável (art. 226, § 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cognominada “família monoparental” (art. 226, § 4º), além de enfatizar que espécies de filiação dissociadas do matrimônio entre os pais merecem equivalente tutela diante da lei, sendo vedada discriminação e, portanto, qualquer tipo de hierarquia entre elas (art. 227, § 6º). 9. As uniões estáveis homoafetivas, consideradas pela jurisprudência desta Corte como entidade familiar, conduziram à imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma

por vias distintas do casamento civil (ADI nº. 4277, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011). 10. A compreensão jurídica cosmopolita das famílias exige a ampliação da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar, a saber: (i) pela presunção decorrente do casamento ou outras hipóteses legais, (ii) pela descendência biológica ou (iii) pela afetividade. 11. A evolução científica responsável pela popularização do exame de DNA conduziu ao reforço de importância do critério biológico, tanto para fins de filiação quanto para concretizar o direito fundamental à busca da identidade genética, como natural emanção do direito de personalidade de um ser. 12. A afetividade enquanto critério, por sua vez, gozava de aplicação por doutrina e jurisprudência desde o Código Civil de 1916 para evitar situações de extrema injustiça, reconhecendo-se a posse do estado de filho, e consequentemente o vínculo parental, em favor daquele utilizasse o nome da família (*nominatio*), fosse tratado como filho pelo pai (*tractatio*) e gozasse do reconhecimento da sua condição de descendente pela comunidade (*reputatio*). 13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. 14. A pluriparentalidade, no Direito Comparado, pode ser exemplificada pelo conceito de “dupla paternidade” (*dual paternity*), construído pela Suprema Corte do Estado da Louisiana, EUA, desde a década de 1980 para atender, ao mesmo tempo, ao melhor interesse da criança e ao direito do genitor à declaração da paternidade. Doutrina. 15. Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por isso que merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º). 16. Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”. (Recurso Extraordinário nº. 898060/SC, Tribunal Pleno, Supremo Tribunal Federal, Ministro Relator: Luiz Fux, Julgado em: 21/09/2016, Publicado em: 24/08/2017).

Após o exame de alguns pronunciamentos jurisprudenciais acerca do tema, pode-se concluir que a multiparentalidade originou-se através das decisões dos tribunais, que entenderam que a parentalidade biológica e socioafetiva podem subsistir, sem que uma prevaleça sobre a outra, o que, inclusive, acabou ensejando proliferação de enunciados e provimentos, conforme nota-se a seguir.

4.2.2 Enunciados e Tema de Repercussão Geral nº 622 do STF

Assim como na jurisprudência, alguns enunciados foram criados a fim de garantir os efeitos jurídicos da multiparentalidade, trazendo esse tema da realidade

fática para a realidade jurídica. Conforme o último julgado estudado, o Superior Tribunal Federal - STF criou um Tema de Repercussão Geral tratando acerca da multiparentalidade. Através destes dispositivos, notamos a importância da multiparentalidade no mundo do direito, razão pela qual passamos a estudá-los.

Segundo Cassettari (2017, texto digital):

No dia 22 de novembro de 2013, o IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família aprovou, durante o IX Congresso Brasileiro de Direito de Família, em Araxá/MG, nove enunciados, 8 que são resultado de 16 anos de produção de conhecimento do instituto, e que serão uma diretriz para a criação da nova doutrina e jurisprudência em Direito de Família.

O Enunciado n.º 6 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), ratificou o que já vinha sendo entendido pela jurisprudência, igualando a parentalidade socioafetiva à biológica: “Do reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva decorrem todos os direitos e deveres inerentes à autoridade parental”.

Já o Enunciado n.º 09 do IBDFAM garantiu que a multiparentalidade pudesse gerar efeitos: “A multiparentalidade gera efeitos jurídicos”.

Nessa mesma linha segue o Enunciado nº 103, da 1ª Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal - CJF, o qual dispõe:

Enunciado nº 103 CJF: O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho.

O Supremo Tribunal Federal criou o Tema de Repercussão Geral n.º 622, o qual trata:

Tema:

622 - Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.

Tese - A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

A partir da decisão acerca do Tema de Repercussão Geral n.º 622, Cassettari (2017, texto digital) explica que:

Com isso ficou reconhecida pelo STF a existência da multiparentalidade, ao admitir a concomitância de vínculo de filiação, biológico e afetivo. Por esse motivo esse entendimento deve ser adotado em todo o país, sem rediscussão do caso já pacificado pelo STF. Acreditamos, até, que com esse reconhecimento é possível a admissão da multiparentalidade diretamente no cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, sem a necessidade de ação judicial e advogado, bastando ter a concordância do filho reconhecido, se maior, ou, se menor, da mãe ou de quem conste no registro.

Desta forma, tanto os enunciados, como o Tema de Repercussão Geral n.º 622 do Supremo Tribunal Federal serviram de ponte para o reconhecimento judicial da multiparentalidade, bem como para a necessidade de criação de leis que fossem capazes de permitir o registro extrajudicial da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais. Após isso, alguns tribunais começaram a adotar o registro extrajudicial da multiparentalidade por meio de provimentos próprios.

4.3 Estados brasileiros que adotaram o registro extrajudicial da multiparentalidade através de provimentos próprios

Com a evolução dos casos de pluriparentalidade e com o seu reconhecimento, mais e mais ações foram ajuizadas, a fim de garantir o registro da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais. Com isso, diversos Tribunais do país notaram a necessidade de instituir o registro extrajudicial da multiparentalidade, e fizeram isso através de provimentos próprios.

De acordo com Pereira (2014, p. 471):

A multiparentalidade, ou seja, a dupla maternidade/paternidade tornou-se uma realidade jurídica, impulsionada pela dinâmica da vida e pela compreensão de que paternidade e maternidade são funções exercidas. É a força dos fatos e dos costumes como uma das mais importantes fontes do Direito, que autoriza esta nova categoria jurídica. Daí o desenvolvimento da teoria da paternidade socioafetiva que, se não coincide com a paternidade biológica e registral, pode se somar a ela.

Atualmente, sete Estados brasileiros – Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco e Santa Catarina – já adotaram a extrajudicialização da multiparentalidade no Registro Civil de Pessoas Naturais, através de provimentos normativos expedidos por seus respectivos Tribunais de Justiça, conforme texto digital divulgado pelo Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (IRPEN).

Após lançamento do Enunciado n.º 06 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o Estado de Pernambuco foi precursor em admitir o registro da multiparentalidade de forma extrajudicial, através do Provimento n.º 009/2013, de 02 de dezembro de 2013, o qual dispõe de nove artigos:

Artigo 1º - Autorizar o reconhecimento espontâneo da paternidade socioafetiva de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais no âmbito do estado de Pernambuco.

Artigo 2º - O interessado poderá reconhecer a paternidade socioafetiva de filho, perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, mediante a apresentação de documento de identificação com foto, certidão de nascimento do filho, em original ou cópia.

§1º - O oficial deverá proceder à minuciosa verificação da identidade da pessoa interessada que perante ele comparecer, mediante coleta, no termo próprio, conforme modelo anexo a este Provimento, de sua qualificação e assinatura, além de rigorosa conferência de seus documentos pessoais.

§2º - Em qualquer caso, o Oficial, após conferir o original, manterá em arquivo cópia de documento oficial de identificação do requerente, juntamente com cópia do termo por este assinado.

§3º - Constarão do termo, além dos dados do requerente, os dados da genitora e do filho, devendo o Oficial colher a assinatura da genitora do filho a ser reconhecido, caso o mesmo seja menor.

§4º - Caso o filho a ser reconhecido seja maior, o reconhecimento dependerá da anuência escrita do mesmo, perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

§5º - A coleta da anuência tanto da genitora como do filho maior apenas poderá ser feita pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

§6º - Na falta da mãe do menor, ou impossibilidade de manifestação válida desta ou do filho maior, o caso será apresentado ao Juiz competente.

§7º - O reconhecimento de filho por pessoa relativamente incapaz dependerá de assistência de seus pais, tutor ou curador.

Artigo 3º - O reconhecimento da paternidade socioafetiva apenas poderá ser requerido perante o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais no qual o filho se encontre registrado.

Artigo 4º - Sempre que qualquer Oficial de Registro de Pessoas Naturais, ao atuar nos termos deste Provimento, suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé, não praticará o ato pretendido e submeterá o caso ao magistrado, comunicando, por escrito, os motivos da suspeita.

Artigo 5º - Efetuado o reconhecimento de filho socioafetivo, o Oficial da serventia em que se encontra lavrado o assento de nascimento, procederá à averbação da paternidade, independentemente de manifestação do Ministério Público ou de decisão judicial.

Artigo 6º - A sistemática estabelecida no presente Provimento não poderá ser utilizada se já pleiteado em juízo o reconhecimento da paternidade, razão pela qual constará, ao final do termo referido, declaração da pessoa interessada, sob as penas da lei, de que isto não ocorreu.

Artigo 7º - O reconhecimento espontâneo da paternidade socioafetiva não obstaculiza a discussão judicial sobre a verdade biológica.

Artigo 8º - Deverão ser observadas às normas legais referentes à gratuidade de atos.

Artigo 9º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Após isso, os Estados do Maranhão, Ceará, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraná, por meio dos respectivos Provimentos n.ºs 21/2015,

15/2013, 11/2014, 234/2014, 149/2017 264/2016, seguiram a mesma linha de entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme constam nas próprias leis mencionadas e divulgadas em notícia do Instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Paraná (IRPEN).

O escritor Simão (2017, texto digital) destaca algumas diferenças entre os provimentos expedidos pelos Tribunais:

Algumas peculiaridades devem ser ressaltadas. No Maranhão, por exemplo, só se admite o reconhecimento extrajudicial se a pessoa for maior de 18 anos[11]. Já no Tribunal de Sergipe, reconhece a possibilidade de reconhecimento de filho 'por escrito particular, inclusive codicilo, a impossibilidade de reconhecimento da paternidade caso seja posterior ao falecimento do reconhecido a 'desnecessidade de concordância da genitora, bem como do reconhecido, se menor, caso seja o reconhecimento por escritura pública, com base no que se infere da Lei nº 8.560/90, como também do Código Civil'.

Diante do pronunciamento dos tribunais dos Estados acima mencionados, o Conselho Nacional de Justiça prolatou o Provimento n.º 63, tendo em vista a grande repercussão da multiparentalidade e a fim de padronizar o registro extrajudicial da pluriparentalidade a nível nacional, o qual será analisado no próximo subcapítulo.

4.4 Possibilidade de extrajudicialização

O Conselho Nacional de Justiça criou, em 14 de novembro de 2017, o Provimento n.º 63, que autoriza o assento da filiação socioafetiva na certidão de nascimento:

Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

§ 1º O reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

§ 2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.

§ 3º Não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes.

§ 4º O pretense pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

O artigo 14 do mesmo dispositivo permite o registro da filiação socioafetiva, concomitantemente, ao assento da filiação biológica, dispondo o dispositivo: “Art. 14.

O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo FILIAÇÃO no assento de nascimento”.

Ainda, o referido dispositivo ressalta, no art. 12, como o oficial deve proceder em caso de alguma nulidade: “Art. 12. Suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local”.

Souza (2017) explica que o artigo 12 exige que, para que o registro da multiparentalidade ocorra, há a necessidade de constatação da posse de estado de filho, além de outros requisitos como a manifestação de vontade das partes envolvidas (os pais biológicos, o filho, se maior de 12 anos, e o solicitante), pois essa característica é intrínseca para a identificação da filiação socioafetiva.

Para tanto, recomenda-se ao registrador civil, profissional do direito dotado de fé-pública que tem a função de garantir a segurança e eficácia dos atos jurídicos, que, além dos documentos expressamente previstos no Provimento 63/2017 do CNJ, exija, ainda, a apresentação dos seguintes documentos: (i) certidão de casamento ou instrumento de reconhecimento de união estável, referente ao pretense ascendente socioafetivo e a mãe ou pai biológico - *tractatus*; (ii) declaração de duas testemunhas, parentes ou não, que atestem conhecer o requerente e o filho, reconhecendo entre eles a existência de relação afetiva de filiação - *reputatio* (SOUZA, 2017, texto digital).

Salomão (2017, texto digital) explica que o Provimento n.º 63 acaba por desafogar o Poder Judiciário de uma realidade já sedimentada no âmbito social fático, razão pela qual se admite sua extrajudicialização:

Trata-se de mais um ato de jurisdição voluntária, estendido ao registrador público do Brasil, que está presente na maioria dos municípios e é conhecedor da realidade local. Novamente o Poder Judiciário delega um ato, que antes lhe era exclusivo, visando a desjudicialização, ao registrador público, pela confiança na qualidade do serviço registral brasileiro, reconhecido como um dos mais eficientes do mundo.

O autor conclui que “O Provimento 63 do CNJ colabora com a construção de uma sociedade brasileira mais justa e fraterna, ratificando a função social do registrador público brasileiro como promotor da dignidade humana” (SALOMÃO, 2017, texto digital).

Em manifestação, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), solicitou a manutenção do Provimento n.º 63 do Conselho Nacional de Justiça, alegando que:

Reconhecida a multiparentalidade e concedido tratamento paritário aos vínculos biológico e afetivo da filiação, indispensável a certificação registral destes fenômenos como única forma de emprestar-lhes efetividade.

Assim sendo, oportuna e salutar a criteriosa regulamentação levada a efeito, de modo a dar segurança jurídica a situações pré-constituídas que geram direitos e impõem deveres e obrigações em prol do único segmento de cidadãos que goza de proteção integral com prioridade absoluta: crianças e adolescentes.

A melhor forma de dar efetividade a dito comando constitucional é a uniformização de procedimentos a nível nacional para o reconhecimento da multiparentalidade, matéria sumulada pelo órgão supremo da Justiça.

Conforme notícia da Assessoria de Comunicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), a manifestação se deu por intimação feita pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, devido a Pedido de Providência, requerendo a revogação ou manutenção do Provimento n.º 63, por parte do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Assim, conclui-se que o Brasil já avançou muito na questão do reconhecimento da multiparentalidade e a fim de extrajudicializar o registro da multiparentalidade na Certidão de Nascimento. Porém, o Provimento n.º 63 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ ainda não é suficiente para esclarecer e regulamentar a multiparentalidade.

Nota-se, ainda, que a lei usa de termos como “parentalidade socioafetiva”, mas pouco faz uso do termo “multiparentalidade” ou “pluriparentalidade”. Também é perceptível que não é possível, somente através dos dispositivos legais dispostos, os efeitos e implicações provenientes da multiparentalidade. Sendo assim, coerente a decisão do Instituto Brasileiro do Direito de Família (IBDFAM) em requerer a manutenção do Provimento n.º 63, a fim de facilitar o reconhecimento da multiparentalidade.

5 CONCLUSÃO

A evolução familiar revolucionou o Direito de Família. Um instituto que fora criado inicialmente com o intuito de manter relações sociais como mão de obra, cultos, patrimônio, passou a ganhar um aspecto emocional como ligação entre seus indivíduos. Momentos históricos, como a Revolução Industrial e a luta feminina por igualdade, mudaram o curso da história da família, fazendo com que seus membros se unissem com base no afeto. Quando essa afetividade fora reconhecida como elo e característica da família, consequência da desmistificação de institutos como o casamento e legitimidade de filiação, foi possível ver o surgimento de diversos núcleos familiares.

Através das mudanças familiares, novas formas de parentalidade surgiram, como, por exemplo, a parentalidade socioafetiva. Com o tempo, reconheceu-se que uma parentalidade não poderia se sobrepor à outra. Assim, a pluriparentalidade, que já existia no mundo fático, surgiu no mundo jurídico.

Desta forma, esta monografia ocupou-se em expor, no primeiro capítulo do desenvolvimento, os direitos de família, entendendo sua conceituação, previsão legal e classificação, pois é neste instituto que a multiparentalidade está instituída. Logo, abordou-se o direito de filiação, que se trata de uma ramificação do direito de família, que tem por objetivo instituir as relações parentais e os efeitos decorrentes destas, tendo, sua origem, formas variadas, como, por exemplo, a genética, a socioafetividade e a reprodução assistida. Na sequência, discutiu-se sobre o surgimento da multiparentalidade, bem como a sua caminhada para legitimação no âmbito jurídico. Notou-se que a multiparentalidade sobreveio de uma realidade fática

da vontade das partes em ter a parentalidade reconhecida, com mais de um pai e/ou mãe, sendo que para isso era necessário que houvesse o registro dos pais socioafetivos em conjunto com os pais biológicos no assento de nascimento do filho.

Diante da análise do problema proposto para este estudo – se existe e qual a possibilidade de se efetuar o registro de mais de um pai ou mais de uma mãe em certidão de nascimento sem ação judicial referente à multiparentalidade? – pode-se concluir que a hipótese inicial levantada para tal questionamento é parcialmente verdadeira, uma vez que está claro na jurisprudência e através de provimentos expedidos no país que há uma grande necessidade de extrajudicializar o registro da multiparentalidade na certidão de nascimento do filho a ser reconhecido, bem como foi reconhecida a possibilidade de se registrar a multiparentalidade sem a necessidade de ingressar com uma ação judicial.

Porém, nota-se também que a lei tem muito a evoluir para conseguir garantir efetivamente o registro da multiparentalidade, bem como seus efeitos. Os provimentos, enunciados e jurisprudências, além de tratar-se de outras fontes do direito, não deixam a multiparentalidade clara, tanto que pouco usa do termo “pluriparentalidade” ou “multiparentalidade”. Ainda, o artigo do Provimento n.º 63 do CNJ não garante total liberdade à multiparentalidade.. Da mesma forma, pouco se sabe acerca dos efeitos que a multiparentalidade gerará para as partes envolvidas, razão pela qual o tema ainda deverá ser muito discutido. Lembrando que este instituto está ligado diretamente ao amor e laço familiar, envolvendo o núcleo mais delicado tratado pelo direito. A partir daí, surge a necessidade de abordagem dessa temática.

Para que a multiparentalidade evolua e tenha seu reconhecimento legitimado através do registro extrajudicial, faz-se necessária a implementação de novas leis, bem como manutenção da legislação já existente, a fim de elucidar pontos omissos em relação a este instituto. Assim, possível concluir que, apesar da multiparentalidade já ter reconhecimento perante os tribunais, ainda há um longo caminho para se percorrer, a fim de garantir a pluriparentalidade como um instituto provedor de efeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Barbosa de; JÚNIOR, Walsir Edson Rodrigues. **Direito Civil: Famílias**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil de 1916**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Lei n. 11.924, de 17 de abril de 2009. **Altera o art. 57, da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padastro ou da madastra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11924.htm>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pernambuco. **Provimento n. 09, de 02 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/normas-internas/2013/-/asset_publisher/uvh3LVt7WWTo/document/id/1103248>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará. **Provimento n. 15, de 17 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://corregedoria.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2013/12/Prov-n-15-2013-Reconhecimento-voluntario-de-paternidade-uniao-socioafetiva.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. **Provimento n. 21, de 19 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: <http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo_948144_online_html_19122013_1038.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento n. 11, de 11 de novembro de 2014**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil no âmbito de Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://cgj.tjsc.jus.br/consultas/provcirc/provimento/a2014/p20140011.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. **Provimento n. 234, de 05 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1106&Itemid=347&limitstart=5>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. **Provimento n. 149, de 13 de Janeiro de 2017**. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=31456>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. **SEI n.º 0102975-68.2016.8.16.6000**, de 20 de março de 2017. Cuida-se de expediente voltado à regulamentação do reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil, iniciado por provocação do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, que resultou na expedição do Provimento n.º 264 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná (evento 1595315). Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/ANEXODOOF.CIR.26.2017-Decis%20o_SEI0102975-68.2016.8.16.6000.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.849 - RS (2016/0221386-0)**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1698834&num_registro=201602213860&data=20180423&formato=PDF>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.240 - SC (2011/0204523-7)**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=31746614&num_registro=201102045237&data=20131015&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.167.993 - RS (2009/0220972-1)**. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=27293473&num_registro=200902209722&data=20130315&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ. Notícias. **Reconhecimento de multiparentalidade está condicionado ao interesse da criança**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Reconhecimento-de-multiparentalidade-est%C3%A1-condicionado-ao-interesse-da-crian%C3%A7a>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 898060/SC - SANTA CATARINA**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE+E+%28898060%2ENUME%2E%29%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/j2z7ugr>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BARBOSA, Águida Arruda. et al. **Direito Civil – Direito de Família**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. v. 7.

CALDERÓN, Ricardo. Reflexos da decisão do STF de acolher socioafetividade e multiparentalidade. In: **Consultor Jurídico**. 25 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-set-25/processo-familiar-reflexos-decisao-stf-acolher-socioafetividade-multiparentalidade>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

CHEMIN, Beatriz F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva – Efeitos Jurídicos**. 3. ed. Atlas. S.A., 2017 (e-book). Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010602/epubcfi/6/2\[vnd.vst.idref=html01\]/4/2/2@0:45.7](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010602/epubcfi/6/2[vnd.vst.idref=html01]/4/2/2@0:45.7)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF. **Enunciados**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. **Provimento n. 63**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 5. Direito de Família. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FUJITA, Jorge Siguemitsu. **Filiação**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011 (e-book). Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466917/pageid/3>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil** – Responsabilidade Civil – Direito de Família – Direito das Sucessões: Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014a. v. 3.

_____. **Direito Civil Brasileiro** – Direito de Família. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014b. v. 6.

INSTITUTO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO PARANÁ – IRPEN. **Provimento 264/16 autoriza o reconhecimento de paternidade socioafetiva diretamente nos cartórios de registro civil do Paraná**. Paraná. Disponível em: <http://www.irpen.org.br/imprime_noticia.php?not=3730>, Acesso em: 18 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM. **Enunciados do IBDFAM**. Enunciado 06 – Do reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva decorrem todos os direitos e deveres inerentes a autoridade parental. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam>>. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. **IBDFAM manifesta-se pela manutenção do Provimento 63-2017 em sua integralidade**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6621/IBDFAM+manifesta-se+pela+manuten%C3%A7%C3%A3o+do+Provimento+63-2017+em+sua+integralidade>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. **Provimento 63/2017**. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/manifesta%C3%A7%C3%A3o%20IBDFAM%20Prov_%2063%20ao%20%20CNJ%20correcao%20Berenice%2002_05_2018.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Direito Civil**: Famílias. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões Ilustrado**. São Paulo: Saraiva, 2014 (e-book). Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502622852/pageid/4>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Sérgio Gisehkov. **Direito de Família** – Aspectos do Casamento, sua eficácia, separação, divórcio, parentesco, filiação, regime de bens, alimentos, bem de família, união estável, tutela e curatela. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça – TJ. **Apelação Cível n. 70062692876**. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3A%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&partialfields=n%3A70062692876&as_q=+#main_res_juris>. Acesso em: 20 mai. 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ROSA, Conrado Paulino da. **iFamily** – Um novo conceito de família?. São Paulo: Saraiva, 2014.

SALOMÃO, Marcos Costa. Provimento 63 do CNJ ratifica registrador público como promotor da dignidade. In: **Consultor Jurídico**. 17 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-17/marcos-salomao-norma-cnj-mostra-registrador-promove-dignidade>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Dos filhos de criação à filiação socioafetiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SIMÃO, José Fernando. Que 2016 venha com as decisões do STF necessárias ao Direito de Família. In: **Consultor Jurídico**. 13 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-dez-13/2016-venha-decisoes-necessarias-direito-familia>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

_____. Reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva (Parte 1). In: **Consultor Jurídico**. 30 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-30/processo-familiar-reconhecimento-extrajudicial-parentalidade-afetiva-parte>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

SOUZA, Carlos Magno Alves de. CNJ cria regras para reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva. In: **Consultor Jurídico**. 3 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-03/carlos-souza-cnj-cria-regras-reconhecer-filiacao-socioafetiva>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

PAIANO, Daniela Braga. **A Família Atual e as Espécies de Filiação** – Da Possibilidade Jurídica da Multiparentalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil** – Direito de Família. 14. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.